



Flávia da Conceição Neto Oliveira

**ABANDONO ESCOLAR E/OU ABSENTISMO -
A importância das parcerias estabelecidas para a sua prevenção e
redução no âmbito da intervenção de uma CPCJ**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

2016

Relatório de estágio apresentado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

**ABANDONO ESCOLAR E/OU ABSENTISMO -
A importância das parcerias estabelecidas para a sua prevenção e
redução no âmbito da intervenção de uma CPCJ**

Mestranda: Flávia da Conceição Neto de Oliveira

Orientadora: Professora Doutora Cristina Rocha

Resumo

O presente relatório descreve o estágio desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, no domínio da Educação, Comunidades e Mudança Social no contexto de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da região Norte de Portugal. O problema social e educativo em análise é o *abandono e/ou absentismo escolar* de jovens a cumprir a escolaridade obrigatória. Muitas são as causas que potenciam este abandono e/ou absentismo escolar e que constam dos processos abertos e continuados em sede de CPCJ.

A educação escolar constitui um direito de crianças e jovens, e uma das melhores oportunidades para evolução e desenvolvimento pessoal e social e para a qualificação dos cidadãos, bem como das sociedades. Contudo, o abandono e absentismo escolar constituiu uma limitação de oportunidades e uma das principais causas de sinalização de jovens e crianças à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e (CPCJ). Pelo mandato que lhe está atribuído na lei nº 147/99, de 1 de Setembro, esta instituição representa uma das parcerias estabelecidas no sentido de prevenir, minimizar e resolver este problema.

Assim, no presente relatório pretende-se realizar uma reflexão crítica entre a bibliografia sobre esta temática e a realidade vivenciada na instituição em causa, estabelecendo o paralelismo entre elas. Foram acompanhados quarenta e um (41) processos de abandono escolar e/ou absentismo, tendo sempre em conta a criança/jovem, o seu meio envolvente e o seu bem estar, tendo sempre presente o sujeito como um ser biopsicossocial.

Palavras-chave: Abandono escolar, Absentismo escolar, CPCJ, Direito à educação

Abstract

This report describes the stage developed under the Master in Education Sciences, in the field of Education, Communities and Social Change in the context of a Commission on Protection of Children and Young People of Northern Portugal. The social and educational problem in question is the abandonment and / or truancy young people to fulfill their compulsory education. There are many causes that enhance this abandonment and / or truancy which appear in open processes and continued in office of CPCJ.

School education is a right of children and young people, and one of the best opportunities for development and personal and social development and qualification of citizens and societies. However, the dropout and absenteeism was a limitation of opportunities and one of the top young signaling causes and children to the Committee on Protection of Children and Young People and (CPCJ). The mandate is awarded in Law No. 147/99, 1 September, this institution is one of the partnerships established to prevent, minimize and resolve this issue.

Thus, in this report we intend to conduct a critical reflection of the literature on this subject and the reality experienced in the institution in question, establishing the parallel between them. Were followed forty-one (41) school leaving processes and / or absenteeism, taking into account the child / youth, your surroundings and your well-being, bearing in mind the subject as a biopsychosocial being.

Keywords: school-leavers, school absenteeism, CPCJ, Right to education

Résumé

Ce rapport décrit le stade développé dans le cadre du Master en sciences de l'éducation, dans le domaine de l'éducation, Communautés et changement social dans le cadre d'une Commission sur la protection des enfants et des jeunes du nord du Portugal. Le problème social et éducatif en question est l'abandon et / ou l'absentéisme des jeunes à remplir leur scolarité obligatoire. Il existe de nombreuses causes qui améliorent cet abandon et / ou l'absentéisme scolaire qui apparaissent dans un processus ouvert et a continué dans le bureau de CPCJ.

L'éducation scolaire est un droit des enfants et des jeunes, et l'une des meilleures opportunités pour le développement et le développement personnel et social et la qualification des citoyens et des sociétés. Cependant, l'abandon et l'absentéisme était une limitation des possibilités et l'un des meilleurs jeunes les causes de signalisation et des enfants au Comité sur la protection des enfants et des jeunes et (CPCJ). Le mandat est attribué dans la loi n ° 147/99, Septembre 1, cette institution est l'un des partenariats établis pour prévenir, minimiser et résoudre ce problème.

Ainsi, dans ce rapport, nous avons l'intention de mener une réflexion critique de la littérature sur ce sujet et la réalité vécue dans l'institution en question, établissant le parallèle entre eux. Ont été suivie quarante et un (41) Ecole des processus et / ou de l'absentéisme en laissant, en tenant compte de l'enfant / jeunesse, votre environnement et votre bien-être, compte tenu de l'objet en tant qu'être biopsychosocial.

Mots-clés: sortant de l'école, l'absentéisme scolaire, CPCJ, Droit à l'éducation

Agradecimentos

Dedico o meu relatório de estágio a todas as pessoas que durante todo este meu percurso académico, contribuíram, apoiaram e sobretudo acreditaram em mim e me incentivaram.

À Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens onde realizei o estágio pela aprendizagem que me possibilitou, pelo acompanhamento, interesse, dedicação. Às restantes colaboradoras daquele organismo, pela orientação, disponibilidade e simpatia que sempre mostraram.

A todos os professores que tive a oportunidade e o prazer de conhecer, em especial à minha orientadora de estágio – professora Cristina Rocha, pelo apoio, orientação, supervisão e conversas informais.

À minha colega de faculdade e amiga, que esta etapa da minha vida possibilitou conhecer, alguém que levarei para a vida.

À minha mãe por acreditar que seria capaz, por toda a sua paciência, compreensão e ânimo. À minha irmã pelo apoio, ao André, pela paciência, dedicação, carinho e sobretudo pela força constante nos momentos em que pensei desistir e nunca permitiu que o fizesse.

À Joana, minha prima, pelo apoio, dedicação e companheirismo.

Um obrigado a todos vocês que cruzaram o meu percurso académico e um Obrigado ainda maior por acreditarem e me transmitirem força para chegar até ao fim e concretizar este sonho, o sonho de obter o grau académico de Mestre em Ciências da Educação.

Abreviaturas

APP – Acordo de Promoção e Protecção

ASMAN – Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha - Nova

CA- Comissão Alargada

CNPCJR-Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

CR – Comissão Restrita

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

GNR – Guarda Nacional Republicana

IPSS – Instituição Privada de Solidariedade Social

PSP – Policia de Segurança Pública

TFMP – Tribunal de Família e Menores do Porto

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Índice

Resumo	3
Abstract	4
Résume.....	5
Agradecimentos	6
Abreviaturas	7
Introdução	10
Apresentação do estágio	11
Objectivos do relatório	12
Estrutura do relatório	13
Capítulo I.....	14
Caracterização da Instituição de Acolhimento de Estágio	14
As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	15
Educação no Município da Maia.....	20
A CPCJ do Concelho da Maia.....	21
Capítulo II	25
Educação, Comunidades e Mudança Social: Enquadramento e Reflexão Teórica sobre Abandono e Absentismo escolar	25
Capítulo III.....	34
Metodologia e análise dos dados	34
Capítulo IV.....	49
Atividades desenvolvidas no estágio	49
Considerações Finais	57
Referências Bibliográficas	61

Índice de Figuras

Figura 1: Pirâmide de Hierarquia das Entidades competentes para Actuação.....	17
Figura 2: Mapa do Concelho da Maia.....	20
Figura 3: Agrupamentos Escolares no concelho da Maia.....	21

Índice de Tabelas

Tabela 1- Volume Processual de 2014. Processos ativos.....	22
---	-----------

Tabela 2- Volume Processual de 2015.....	23
Tabela 3- Principais problemáticas sinalizadas no ano de 2015.....	24
Tabela 4 – Número de Processos tratados por género.....	41
Tabela 5- Faixa etária das crianças/jovens sinalizados.....	42
Tabela 6 – Motivo de sinalização das crianças/jovens.....	42
Tabela 7 – Caracterização da criança/jovem ao nível escolar, localidade e RSI com comparação por género	43
Tabela 8 – Caracterização do progenitor ao nível da faixa etária, escolaridade, estado civil e profissão com comparação por género da criança ou jovem ...	44
Tabela 9 - Caracterização da progenitora ao nível da faixa etária, escolaridade, estado civil e profissão com comparação por género da criança/jovem	45
Tabela 10 – Caracterização da criança ou jovem mediante a Intervenção da CPCJ com comparação por género	46
Tabela 11 – Caracterização dos dados escolares e intervenção da CPCJ da criança ou jovem mediante o tipo de ensino	47
Tabela 12- Associação entre o motivo de sinalização e entidade sinalizadora..	48

Índice de Anexos

Anexo 1 – Boletim de Sinalização	68
Anexo 2 – Exemplar de uma convocatória	72
Anexo 3 – Pedido de Informação Clínica	73

Introdução

Apresentação do estágio

“O Estágio Curricular é a etapa de aplicação do conhecimento - reflexivo e do aperfeiçoamento de habilidades numa situação real; é o momento de junção do saber com o fazer, que conduzirá sem dúvida a um agir profissional mais consciente, crítico e criativo”.

Andrade & Ferreira Lima (1987) cit in Andrade, M.; Araújo, L. & Lins, L (1989)

O presente relatório de estágio, realizado no âmbito do mestrado em Ciências da Educação, tem como objectivo a exploração da temática abandono e/ou absentismo escolar, vivenciada numa CPCJ da região Norte. As vivências proporcionadas pelo estágio constituíram-se e ingredientes base para um maior e melhor crescimento pessoal e profissional.

O estágio decorreu no período de 5 de Outubro de 2015 a 28 de Janeiro de 2016, no gabinete educativo da instituição, centrando-se na temática do abandono e/ou absentismo, bem como, no acompanhamento e medidas envolvidas nestes processos.

Este tema tornou-se desde logo pertinente, uma vez que as crianças e/ou jovens são a locomotiva de um país, ou seja, as crianças de hoje são o futuro do amanhã. Neste sentido, torna-se fundamental a educação para a formação da cidadania e aperfeiçoamento da humanidade. A educação/instrução é a força motriz de um país, no caso de Portugal, a realidade mostra que o abandono e/ou absentismo escolar tem vindo a diminuir, ao longo das décadas. Contudo, quando se compara a taxa de Portugal com os outros estados membros, verifica-se que é um dos países com maior taxa de abandono na União Europeia. Neste sentido, urge trabalhar esta temática no sentido de diminuir cada vez mais a tendência.

Ao longo do estágio foram estudadas e analisadas as causas que potenciam, a sinalização dos casos à CPCJ, as medidas tomadas por esta instituição, para que possa existir promoção e protecção das crianças e/ou jovens referenciados.

Por último, o estágio centrou-se no acompanhamento destas crianças/jovens, no sentido de desenvolver estratégias/medidas para colmatar esta realidade. Este estágio tal como referido, anteriormente, constitui um marco importante, uma vez que para além de ser trabalhada numa área que me preenche, senti-me bastante útil, pois a falta de recursos humanos da instituição fez com que ajudasse e tivesse uma participação activa.

Objectivos do relatório

O mestrado em Ciências da Educação, no domínio da “Educação, Comunidades e Mudança Social”, permitiu-me reflectir sobre temáticas e problemas que existem e prevalecem nas sociedades contemporâneas, como seja o do absentismo e abandono escolar dos e das jovens.

A comunidade é de facto algo que nos molda enquanto seres humanos e cidadãos. O seus problemas vão-se repercutir no nosso desenvolvimento enquanto seres biopsicossociais. Emerge então a necessidade de conhecer e reflectirmos sobre os problemas que nela existem, prevenindo e reduzindo os seus efeitos.

No decorrer do mestrado, o trabalho a desenvolver na comunidade foi algo que sempre me motivou e me interessou enquanto ser humano e, enquanto, especialista em Ciências da Educação.

No decorrer do estágio desenvolvido na CPCJ, acompanhando processos sinalizados pela problemática do abandono escolar e/ou absentismo, apercebi-me, melhor, da sua pertinência, uma vez que a educação escolar representa um processo de desenvolvimento social, económico e constitui um dos dispositivos de igualdade de oportunidades das sociedades democráticas.

Apesar de ser um trabalho em que os resultados não se percebem no imediato, mas a curto-longo e prazo, torna-se fundamental para a obtenção de sucesso um acompanhamento regular, atento e singular de cada caso. Contudo, por vezes, surgem novos desafios, que se apresentam como obstáculos, sendo necessário redefinir novas estratégias de acção, nunca descurando dos objectivos a que nos propomos.

No presente relatório considere importante contextualizar o abandono e/ou absentismo escolar ao nível nacional, particularizando à unidade onde o estágio foi desenvolvido; identificar as causas que conduzem ao abandono e/ou absentismo escolar; identificar o papel da CPCJ e dos seus elementos para minimizar a problemática; contactar com as medidas de prevenção e redução do abandono e/ou absentismo escolar; e determinar os ganhos obtidos no decorrer dos programas de intervenção.

Estrutura do relatório

O presente relatório encontra-se estruturado com quatro capítulos:

O capítulo I reporta-se à contextualização e caracterização do campo de estágio, fazendo-se uma referência ao enquadramento da CPCJ, enquanto instituição, metas a cumprir e o seu funcionamento.

No capítulo II recorre-se a alguma da bibliografia existente sobre este tema, bem como sobre o papel e acção da CPCJ no problema em análise, salientando-se as medidas adoptadas para prevenir e reduzir a taxa de abandono e/ou absentismo escolar.

No capítulo III apresentam-se as opções metodológicas e os procedimentos éticos seguidos.

O Capítulo IV refere-se às técnicas de recolha de informação que foram usadas, e as acções desenvolvidas e implementadas em contexto. Reflectindo sobre o impacte delas para diminuir a taxas existentes em Portugal, e em particular na região de implantação da CPCJ.

.

Capítulo I

Caracterização da Instituição de Acolhimento de Estágio

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

“(...)são instituições oficiais não jurídicas com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do/a jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”¹.

Estas entidades surgem em Portugal em 1978, como órgãos gestores dos centros de Acção Social que dependiam do Ministério da Justiça. Nesta altura eram designadas por Comissões de Protecção de Menores (CPM), tornando-se autónomas em 1991 ao abrigo do decreto-Lei 189/91.

Já no ano de 2001, entra em vigor a Lei nº 147/99 – lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e as Comissões e Protecção sofrem uma reorganização, passando desde então a ser designadas por Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Finalidade e Objectivos das CPCJ

A CPCJ da Maia tem como finalidade e objectivos os mesmos das restantes CPCJ do país, regendo-se de acordo com o artigo 3º da lei nº147/99 de 1 de Setembro.

— As actuais comissões de protecção de menores serão reorganizadas e passarão a funcionar de acordo com o disposto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo, adoptando a designação de comissões de protecção de crianças e jovens.

2 — Compete à Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, conjuntamente com as entidades e serviços nela representados, tomar as providências necessárias à reorganização das comissões de protecção de menores.

3 — As comissões de protecção de menores são reorganizadas por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade.

¹ Artigo 12º, alínea 1 da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro – Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, DR. 204 – I SÉRIE – A de 1-9-1999, pp. 6115

² Artigo 3º, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, DR. 204 – I SÉRIE – A de 1-9-1999, pp. 6116

³ Técnicas ou equipa técnica é designação habitual nos organismos públicos e privados, quando se referem

4 — As comissões de protecção de crianças e jovens que sucederem às comissões de protecção de menores, nos termos dos números anteriores, são declaradas instaladas por portaria conjunta dos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade.

5 — As comissões de protecção que vierem a ser criadas e instaladas até à data em vigor da lei de protecção de crianças e jovens em perigo são constituídas e passam a funcionar nos termos do disposto neste diploma.

6 — Podem ser criadas e instaladas comissões de protecção de crianças e jovens nas áreas de competência territorial das comissões referidas no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de Maio, nos termos do disposto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo, ficando a competência destas limitada às áreas não abrangidas pelas novas comissões.

7 — Até à data de entrada em vigor da lei de protecção de crianças e jovens em perigo, as comissões a que se referem os n.os 4, 5 e 6 exercem as competências previstas no Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de Maio.

8 — As comissões de protecção de menores actualmente existentes que não forem reorganizadas até à data de entrada em vigor da lei de protecção de crianças e jovens consideram-se extintas nessa data, sendo os processos pendentes remetidos ao Ministério Público junto do tribunal da respectiva comarca”.

A Lei 147/99, de 01 de Setembro, estipula ainda no anexo à Lei de protecção de crianças e jovens em perigo, nas alíneas do n.º 2 do Artigo 3º ² que se considera que as crianças e jovens estão em perigo quando:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”

² Artigo 3º, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, DR. 204 – I SÉRIE – A de 1-9-1999, pp. 6116

Figura 1: Pirâmide de Hierarquia das Entidades competentes para Actuação



Fonte: <http://www.cm-vncerveira.pt/pages/123>

Considerando a Figura 1, observamos uma sequência de instituições cuja acção se concretiza em pirâmide, constituindo as CPCJ entidades que intervêm em segunda instância, quando as entidades de primeira instância com competência em matéria de infância e juventude não conseguem colmatar o risco a que a criança se encontra exposta. É por este facto que são as entidades de primeira instância que sinalizam as crianças/jovens às Comissão de Protecção e é deste modo que as CPCJ, depois de recepcionadas as sinalizações, iniciam a intervenção.

A actuação das Comissões de Protecção assenta essencialmente no trabalho com as famílias e com as crianças/jovens no intuito de trabalharem em parceria, procurando a remoção do risco ou perigo a que a criança se encontra exposta. Contudo, será necessário ressaltar que esta entidade só pode intervir perante o consentimento dos representantes legais da criança ou jovem, assim como o consentimento da própria criança, caso esta tenha idade igual ou superior a 12 anos. Caso a criança ainda não tenha atingido esta faixa etária, a decisão cabe inteiramente aos representantes legais da mesma.

Quando o consentimento não é obtido pelos progenitores ou pela própria criança, estas entidades vêm-se obrigadas a remeter o processo instaurado naquele organismo para a terceira instância da pirâmide – os Tribunais. Estes ocupam o topo da pirâmide, sendo a instância que possui um maior poder de decisão (Art. 9º e 10º da Lei 147/99).

Função das CPCJ

No quadro da lei mencionada e quando as famílias de origem não reúnem condições que lhes permitam desempenhar a sua função socioeducativa, constituem-se como uma fonte de preocupação, uma vez que por um ou vários factores condicionam de forma negativa o desenvolvimento, físico, emocional e intelectual das suas crianças e/ou jovens. Desta forma urge que sejam encontradas respostas alternativas enquanto que, em simultâneo se pretende que a família ative um processo de reformulação das suas respostas numa perspectiva de aperfeiçoamento e adequação das suas práticas, vivências, modos de vida, concordantes com a inclusão de crianças e jovens no seio familiar (Ramião,2007).

Funcionamento das CPCJ

As Comissões de Protecção organizam-se internamente em duas modalidades: a Comissão Alargada (CA) e a Comissão Restrita (CR). Estas caracterizam-se por funções, composição e objectivos distintos, sendo que à Comissão Alargada segundo o Artº 17 da Lei 147/99 compete desenvolver acções de promoção e direitos de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. Tem como algumas das suas competências, informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades; promover acções e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a detecção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afectem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social; analisar a informação semestral relativa aos processos iniciados e ao andamento dos pendentes na comissão restrita; entre outras competências. Quanto à sua constituição inclui um representante do município, um representante da segurança social, um representante dos serviços do Ministério Público, um médico, um representante das instituições particulares de solidariedade social, um representante das associações de pais existentes na área, um representante das associações ou outras organizações privadas, um representante das associações jovens existentes na área, um ou dois representantes das forças de segurança, se possível um membro da GNR e outro da PSP e quatro pessoas designadas pela assembleia municipal ou pela assembleia da freguesia.

Quanto à Comissão Restrita, segundo o Artº 20 da Lei 147/99, é composta sempre por um número ímpar de membros, nunca inferior a cinco dos membros que integram a comissão alargada. Tem como algumas das suas competências, atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de protecção, apreciar liminarmente as situações de que a comissão de protecção tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção ou a abertura de processo de promoção de direitos e de protecção; proceder à instrução de processos, entre muitas outras competências. Funcionam em permanência, o plenário da CR reúne sempre que convocado pelo presidente, no mínimo com periodicidade quinzenal, e distribui entre os seus membros as diligências a efectuar nos processos de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo.

- **A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Maia**

De seguida, realizo uma exposição e contextualização da instituição onde realizei o estágio, fazendo o enquadramento do concelho, das instituições escolares que o concelho da Maia detém e o volume de processos reportados e trabalhados pela CPCJ local.

O concelho da Maia é um município do distrito do Porto, com densidade populacional com cerca de 135 306 habitantes, apresentando uma área de aproximadamente 82,99 km², possui na sua constituição catorze (14) freguesias e três (3) vilas - Moreira, Castelo da Maia e Águas Santas (Figura 2) .

Figura 2: Mapa do Concelho da Maia



Fonte: <https://postsdepescada.files.wordpress.com/2011/11/maia2.jpg>

Educação no Município da Maia

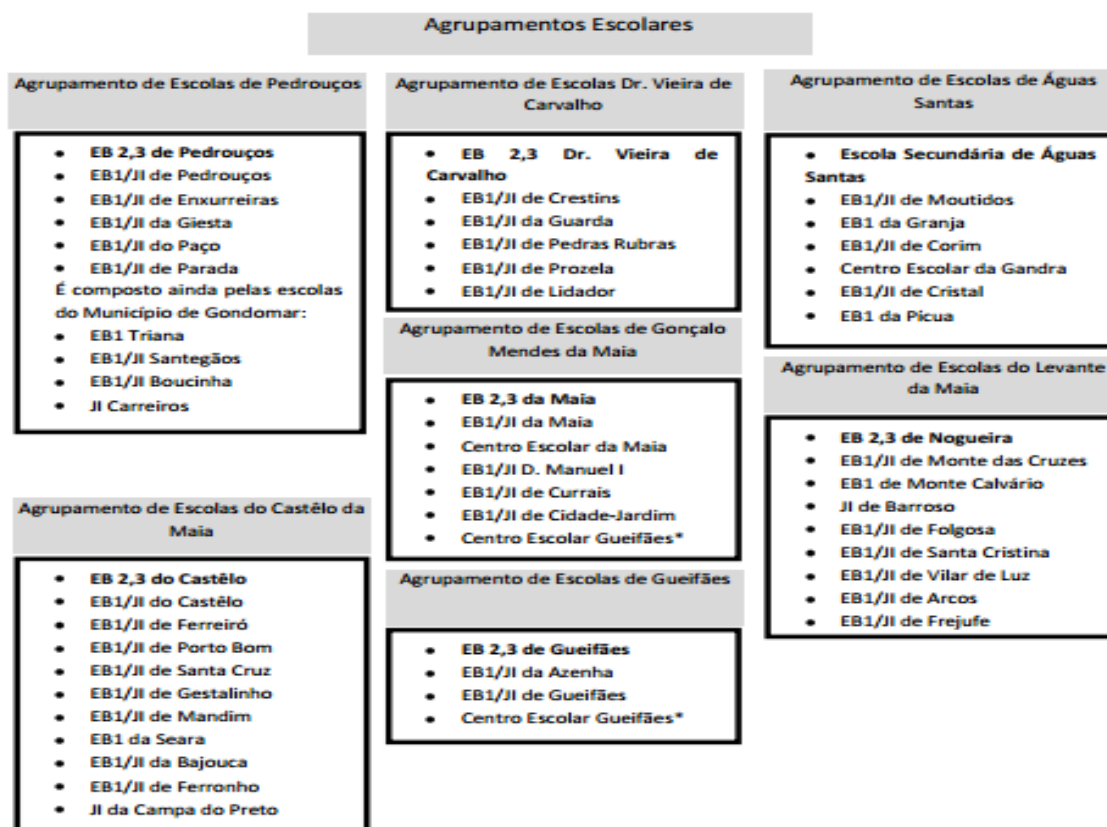
A Educação no município da Maia é descrita de acordo com a carta educativa deste município. Esta carta é um documento que retrata o planeamento estratégico de todo o sistema educativo. Esta tem por base uma visão integradora de todo o sistema educativo e formativo, focando os princípios estratégicos e objectivos.

Nesta carta define ainda, a resolução do reordenamento das rede do sistema educativo e desenvolvimento dos mesmos, a implementação de estratégias para esbater as disparidades intra-regionais., assegurar o acesso ao sistema educativo: pré-escolar, básico e secundário.

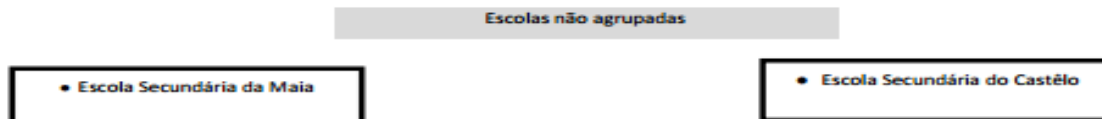
Esta carta define ainda o acesso de todas as crianças e alunos aos diferentes estabelecimentos de ensino, a todos os níveis, tende a esbater situações de isolamento e de quebra de inserção socio educativa das crianças e alunos, assegura a racionalização e complementar as ofertas de educação e formação, adequa a oferta de recursos e racionaliza a sua distribuição, de acordo com os estabelecimentos, orienta a expansão do sistema educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural, evitando ruturas e inadequações da rede educativa, ao meio envolvente.

De seguida, apresenta-se uma imagem que retrata o território educativo deste município, abrangendo espaços geográficos unificados com vista a uma maior racionalização e funcionamento da rede educativa.

Figura 3: Agrupamentos Escolares no concelho da Maia.



*Este estabelecimento de ensino encontra-se sob a orientação do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia e Agrupamento de Gueifães.



Fonte: Departamento de Educação, Ação Social e Juventude - CMM

Fonte: www.cm-maia.pt/index.php/documentos/category/12redesocial%3Fdownload%3D18:diagnosticosocial+rede+escolar+da+Maia&tbo=1&sa=X&ved=0ahUKEwivpeyh8fDNAhUKXR0KHfLsBVYQHwgwMAM&dpr=1&bav=on.2,or.&bvm=bv.126993452,d.d2s&ech=1&psi=f2GV5_gKIL2UsCrpLgC.1468428736477.3&ei=l2-GV-_9BIq6afLZl7AF&emsg=NCSR&noj=1

A CPCJ do Concelho da Maia

Localização Geográfica da CPCJ da Maia

A CPCJ da Maia encontra-se situada na Rua Doutor Carlos Felgueiras, nº 267 na freguesia da Maia, sede do concelho, onde se localiza nas suas imediações a Câmara Municipal.

- **Espaço Físico**

Fisicamente a CPCJ é constituída pelo gabinete da Presidente; por cinco gabinetes de atendimento; uma sala de arquivo e arrumos; duas casas de banho, sendo que uma delas é para o uso dos utentes e outras pelos colaboradores; uma sala de reuniões; sala de convívio; biblioteca; gabinete administrativo e recepção e uma sala de espera.

Quanto aos recursos humanos, podem fazer parte integrante da equipa elementos, a tempo inteiro ou a tempo parcial, a Presidente da Comissão de Protecção, representante da Segurança Social, do Ministério da Educação e Ciência, do Ministério da Saúde, da Autarquia, Psicóloga, técnicas de IPSS, estudantes de estágios curriculares e assistentes administrativas.

- **Distribuição dos Processos**

A distribuição dos processos por temáticas específicas não se verifica neste organismo, uma vez que todos os processos são distribuídos pelas técnicas³ disponíveis, dependendo do volume de trabalho de cada uma delas no momento. Contudo, existem exceções à regra, ou seja, processos que dão entrada na Comissão de Protecção sinalizados por Abandono e/ou Absentismo Escolar, transitam automaticamente para a representante do ministério de educação. Na sua ausência, como foi referido, ficaram a cargo da Presidente da CPCJ.

- **Volume Processual**

Nos quadros 1 e 2, apresenta-se os processos activos respectivamente nos anos de 2014 e 2015.

Tabela 1: Volume Processual de 2014. Processos ativos

Volume Processual em 2014		
Designação dos Processos	Número de Processos	Percentagem
Processos Instaurados	288	35%
Processos Instaurados (remetidos por outra CPCJ)	26	3%
Processos Reabertos	78	10%
Processos Transitados	427	52%

³ Técnicas ou equipa técnica é designação habitual nos organismos públicos e privados, quando se referem aos/as profissionais, isto é, o pessoal habilitado com títulos académicos do ensino superior. Uma vez que a designação habitual para estes e estas profissionais é Técnicas, será a que usaremos.

Total de Entradas	819	
Total Processos Activos	374	

Fonte: Relatório Anual de Actividades de 2014 da CPCJ da Maia.

Tabela 2: Volume Processual de 2015

Volume Processual em 2015		
Designação dos Processos	Número de Processos	Percentagem
Processos Instaurados	335	45%
Processos Instaurados (remetidos por outra CPCJ)	23	3%
Processos Reabertos	94	13%
Processos Transitados	288	39%
Total de Entradas	740	
Total Processos Activos	452	

Fonte: Relatório Anual de Actividades de 2015 da CPCJ da Maia

Analisando estes dois quadros, relativamente ao volume processual do ano 2014 e 2015 disponíveis até à data do término do estágio (em Janeiro 2016), verifica-se que, por comparação, no ano de 2015 existiu um maior número de processos instaurados, todavia, no que remete aos processos transitados, isto é processos que seguem para tribunal ou outras CPCJ, quando a área de residência deixa de ser abrangida pela CPCJ em causa, nestes casos o número revela-se mais elevado no ano de 2014 com 427 processos transitados, enquanto que o ano de 2015 se encontra com apenas 288, traduzindo-se em menos 139 processos.

Pode-se concluir que a intervenção com todos estes processos obteve uma maior eficácia no ano de 2015, porém, estes dados não revelam se a intervenção foi melhor ou pior sucedida, estes números dependem certamente de vários factores quer internos quer externos à CPCJ.

Quanto ao motivo das sinalizações das crianças e ou jovens, apenas foi possível perceber as três grandes causas das sinalizações referentes ao ano de 2015, sendo estas apresentadas no quadro seguinte.

Tabela 3 – Principais problemas sinalizadas no ano de 2015

Motivo	Masculino	Feminino	Total	%
Violência Doméstica	64	67	131	31%
Negligência	33	27	60	14%
Comportamentos que comprometam o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem	30	20	50	12%

Fonte: Relatório Anual de Atividades de 2015 da CPCJ da Maia.

Face à informação encontrada, verifica-se, de acordo com o quadro seguinte que um dos principais motivos de sinalização é violência doméstica (31%) não especificando a mesma fonte de quem para quem, seguindo comportamentos de negligência (14%) e comportamentos que comprometam o bem estar e desenvolvimento da criança e/ou jovem (12%).

Capítulo II

Educação, Comunidades e Mudança Social: Enquadramento e Reflexão Teórica sobre Abandono e Absentismo escolar

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem-estar das pessoas, das organizações e das sociedades. É nas escolas que a grande maioria das crianças e dos jovens aprendem uma diversidade de conhecimentos e competências que dificilmente poderão aprender noutros contextos. (...) elas têm que desempenhar um papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos irrepreensíveis.

(Fernandes, 2009)

Para Mandela (s/d), a educação constitui o grande motor para o desenvolvimento pessoal, sendo também um elemento primordial para o desenvolvimento com equidade (Caetano, 2005), e uma desafio eminente para a humanidade (Vieira, 2007).

Quando se fala em educação, importa que esta não se cinja apenas ao acto de aprender a ler, escrever ou calcular. De acordo com a origem latina da palavra, esta remete para a condução de alguém para fora, ou seja, ela remete para o sentido de preparar as pessoas para o mundo e viver em sociedade.

A educação escolar apresenta como objectivos: instrução, estimulação, socialização dos educandos, a aquisição de determinados conhecimentos, desenvolvimento da personalidade e a interiorização de condutas e valores (Teixeira, 2010).

Importa também referir que segundo a Carta Internacional de Direitos Humanos das Nações Unidas, o direito humano à educação é gratuito e obrigatório, nos estádios mais “elementares e fundamentais”. Porém, esta interpretação no que toca a estes estádios vai depender da forma como os países interpretam. Relativamente a Portugal, a escolaridade obrigatória vai até ao ensino secundário, ou até que os jovens atinjam a maioridade e por iniciativa própria abandonem o ensino escolar.

Apesar do exposto, o acesso universal ao sistema escolar não confere a todas as criança e jovens o mesmo bem estar e a mesma oportunidade de ser escolarmente bem sucedido como atestam os números do abandono/desistência e do absentismo escolar.

Esclarecendo estes conceitos diremos que o *abandono escolar* se refere a algo que acontece no final do ano lectivo enquanto que a *desistência* refere-se à saída do aluno no decorrer do ano lectivo (Ferrão 1995). Por outro lado, Canavarro (2007) acrescenta que o abandono escolar pode ser identificado por relação com a não conclusão dos estudos no âmbito de escola obrigatória. Outros autores definem o abandono escolar, o abandono de actividades escolares quando o aluno não tenha cumprido/completado o percurso escolar

obrigatório e/ou atingido idade para o fazer (Ferreira, 2005). Já por absentismo entende-se, de acordo com Tavares (2006, as cit in Monteiro 2009), a ausência de assiduidade de um aluno à escola, sendo que esta falta de comparência não foi em momento algum motivada por doença prolongada ou licença legal.

Em Portugal, de acordo com a PORDATA (2016), a taxa de abandono escolar em 2015 foi cerca de 13,7%, representando indivíduos que não completaram o ensino secundário, valor esse que tem vindo a diminuir de acordo os dados disponibilizados na presente base de dados. Importa apenas referir que quando comparados referentes a 2006, cujo valor rondava cerca 38, 5%, conseguimos constatar que actualmente o valor entra-se reduzido para mais de metade, para a mesma população referida anteriormente.

Contudo, apesar desta diminuição, Portugal continua a ser um dos países da união europeia com maior taxa de abandono e/ou absentismo escolar (PORDATA, 2016). Neste sentido, o abandono escolar tem gerado uma grande preocupação para as sociedades, devido às consequências que acarreta para o indivíduo e para a sociedade (Ferreira, 2005).

Importa referir que o sucesso escolar é um desafio que necessita de ser superado, para que a escola se apresente como um meio democrático, incorporando elementos chave como o compromisso e qualidade para com os seus educandos (Esteban, 2008).

Neste sentido, urge combater o abandono e/ou absentismo escolar precoce, pois caso não seja colmatado, acaba por repercutir no desenvolvimento, psicossocial e profissional do ser humano, trazendo consequências imensuráveis para o indivíduo e para a sociedade.

O interesse sobre esta problemática tem vindo a crescer, uma vez que se interrelaciona com o desenvolvimento socioeconómico das sociedades. Segundo Sen (1999 as cit in Vasconcelos, 2013), a saída de uma criança ou jovem do sistema de educação e formação sem atingir um determinado patamar de referência, acaba por limitá-lo fortemente, podendo relacionar-se com um maior insucesso e contribui para o aumento dos ciclos de pobreza. Paralelamente, ainda se pode relacionar em trabalhos mais precários, ou menos qualificados, cujas taxas de remuneração são baixas. Segundo Caetano (2005), a comissão europeia aponta que a baixa qualificação da mão-de-obra portuguesa, representa um obstáculo ao crescimento económico e ao aumento da produtividade em Portugal. Sendo para tal importante a qualificação desta mão-de-obra, sendo importante controlar os programas educacionais e de formação (Garrido, 1997: 2-3 as cit in Caetano, 2005)

Concomitantemente, as consequências das elevadas taxas de abandono escolar serão notórias no presente, mas também, a médio-longo prazo nas sociedades, uma vez que

este problema influencia negativamente a produtividade de um país, infere um “desperdício” do potencial. Como foi abordado, anteriormente, trata-se de um problema não só social e educacional, mas também social e económico. Muito jovens vêm-se obrigados a suspender/terminar os estudos, sem concluírem, a escolaridade mínima obrigatória, em prol de um ingresso antecipado no mercado de trabalho que se vem a revelar catastrófico, pois baseado em baixas qualificações, acarretando precariedade e baixos salários (Costa, 2000).

Paralelamente, Azevedo (2002) reforça que abandono escolar precoce é, de facto, um problema que se eleva tornando-se, tal como referido, um problema de escala social, pelas consequências que pode manifestar.

Para Dupont e Ossandon (1987, as cit in Azevedo 2002), o potencial “abandonador” apresenta fraco rendimento escolar, relação educativa escolar deficiente, ausência de empatia, falta de confiança, sentimento de fracasso e dificuldades de concentração no trabalho. Paralelamente, outros autores referem ainda que reprovações de ano, pouca assiduidade, mudanças sucessivas de escola, idade acima da média dos alunos que frequentam um determinado ano escolar, absentismo e baixa taxa de participação em actividades escolares também potenciam este abandono (Guajardo *et al.*, 2012).

Para Bolívar *cit in* Fialho, (2012), a comunidade escolar, nos dias que correm, é um pólo de culturas e tradições distintas, podendo surgir alguns obstáculos decorrentes destas diferenças. As escolas são organizações complexas, sendo que os problemas que surjam nestas, implica abordagens integradas e multifocadas. É então importante que a instituição escolar assuma uma cota de responsabilização no que concerne ao desenvolvimento de estratégias, no sentido de minimizar as barreiras e potenciar relações humanas e educativas geradoras de bem estar e sucesso escolar. Neste sentido, a escola deve então aumentar o seu espectro de acção, promovendo condições que proporcionem um aumento na capacitação do aluno, tendo em contas as suas características singulares, nomeadamente, potencialidades e motivações. Para Benavente (1988, as cit in Roazzi & Almeida, 1988), as escolas devem atender a estas diferenças intra escolares como objecto de evolução e, não como, deficiência e estagnação.

Como tal urge a implementação de novos programas e novas definições de educação, para que o aluno veja a escola como um veículo promotor de conhecimento e de formação (Magalhães & Magalhães, 2010)

- **Causas que potenciam o abandono e absentismo escolar**

Rumberger (2006 *as cit in* Macedo, Araújo, Magalhães & Rocha, 2015) aponta que o abandono escolar precoce pode resultar de um processo de alienação e separação que o aluno vai fazendo ao longo do tempo. Para Encarnación (2009 *as cit in* Monteiro, 2009), alunos que vivenciam problemas de abandono escolar/absentismo escolar relacionam-se com ambientes socioeconómicos desfavorecidos. Concomitantemente, revelam falta de competências interpessoais e grupais cruciais para cumprir as exigências na sala de aula (Arends, 2008 *as cit in* Valente, 2015), sendo a consequência um clima de escola e de sala de aula pouco potenciador de aprendizagens de qualidade.

Contudo, não se pode afirmar inequivocamente, que o abandono escolar se prende exclusivamente aos factores supracitados, mas a outras causas que serão explorados posteriormente.

Os factores que conduzem ao abandono e/ou absentismo escolar relacionam-se com causas interescolares e/ou extra-escolares (Guajardo et al., 2012). No que concerne aos factores intraescolares podemos destacar a conduta do educando, o rendimento escolar e a própria escola (Espinoza, et. Al., 2010; Marshall, 2003; Rumberger e Lim, 2008 *as cit in* Guajardo et al., 2012).

Relativamente aos factores extra-escolares podem relacionar-se com o nível socioeconómico, família, cultura e demografia (Sousa, 2003 *cit in* Castro 2010).

Relativamente aos factores individuais, estes prendem-se com o desinteresse escolar, que pode resultar em fenómenos de reprovações e de insucesso escolar. Isto acarreta, por consequência, sentimentos de incapacidade, de insucesso e inadaptação psicossocial, podendo acabar por ter comportamentos desviantes (envolvimento em drogas, incidentes criminais e situações conflituosas com os pares, entre outros). Conclui-se, então, que o insucesso escolar relaciona-se positivamente com o risco de abandono escolar precoce (Esteban, 2005).

Quanto aos factores familiares, sobretudo nos grupos familiares com um nível socioeconómico baixo, gera-se precocemente uma desafecção escolar em virtude da necessidade de procura de emprego para a conseguirem fazer face às necessidades do seio familiar. Não obstante pode-se ainda mencionar a falta de interesse, supervisão e envolvimento da família pela via académica do jovem, na sequencia dos baixos diplomas e abandono escolar na família, entre outros factores. Jadue, Galindo & Navarro,(2005) *cit in* Paíga (2012) afirmam igualmente a relação positiva entre o abandono e/ou absentismo

escolar e as condições de vida de quem tem falta de recursos, cujos níveis socioeconómicos são baixos.

No que remete para factores de índole social, destaca-se o ambiente onde estão inseridos os jovens, podendo relacionar-se com meios onde exista uma grande incidência de atividades criminais, grande disponibilidade de emprego juvenil, fraca ligação entre a comunidade e a escola e a escassa disponibilidade de serviços de apoio social (Lourenço, 2013). Os indivíduos do sexo masculino têm maior tendência em abandonar mais cedo a escola do que os do sexo feminino.

De acordo Benavente et al. (1994 as cit in Esteban, 2005), as periferias urbanas e as zonas rurais são onde se encontra maiores taxas de abandono escolar precoce. Quanto a possíveis factores de acessibilidade, pode-se enfatizar o sistema de transporte casa-escola como sendo deficiente ou ineficaz, na medida que existem dificuldades de acesso a transporte, poucos recursos de transporte com horários pouco flexíveis (Lourenço, 2013).

Para Esteban (2005), a articulação entre o social e acções educacionais é caracterizada pela ambivalência, conotando o social como uma fonte de fracasso, não o reconhecendo como componente determinante na construção de acções que possam desencadear percursos de sucessos.

- **Abandono e absentismo escolar: o papel da escola no problema e na solução**

Para Rumberger (1987 as cit in Guajardo et al., 2012), as escolas possuem um papel preponderante sobre a decisão de abandono escolar ou permanência dos alunos no sistema educacional. Para este autor, as escolas indiretamente realizam práticas que potenciam este abandono, na medida em que podem contribuir para a decisão «voluntária» de abandonar a escola por parte dos estudantes, afectando as condições que os mantêm comprometidos com ela. Outra forma de influência é aquela que a escola exerce de maneira direta, sendo o abandono escolar é «involuntário» e iniciado pela própria instituição através de acções punitivas – tais como a reprovação, a suspensão, expulsão ou transferência. Certos estudos mostram, ainda, que elevadas taxas de reprovação associam-se geralmente ao abandono escolar, ou seja, o insucesso escolar acaba por preceder ao abandono (Justino, 2009 cit in Álvares 2013).

Um aspecto relativo às práticas e processos escolares que provou ser eficaz na redução das taxas de abandono escolar tem a ver com a generalização de um ambiente escolar positivo, caracterizado, entre outras coisas, pelas boas relações entre os próprios estudantes entre si e entre estes e os seus professores (Díaz et al. 2012).

Neste sentido, qualquer medida tomada no seio das escolas deve necessariamente considerar as características do contexto mais amplo em que se encontram as crianças e jovens, as famílias, os bairros, e a relação entre pares, etc. Talvez a incapacidade mostrada até ao momento pelas escolas para impedir o abandono dos estudantes se explique pela falta de uma visão integral, que é absolutamente necessária para que os menores completem a sua escolaridade, especialmente, os setores mais vulneráveis.

Para além dos factores supracitados, tal como foi referido anteriormente, a própria escola pode contribuir para o processo que conduz ao abandono (Janosz, Georges & Parent, 1998 *as cit in* Simões *et al.*, 2008), que pode ser consequência do seu funcionamento geral, das características organizacionais e do ambiente que nela se vive. Assim como a acessibilidade à escola, como os problemas no que concerne aos meios de transporte (Vasconcelos, 2013).

Neste sentido, a identificação dos factores apresentados, pode, sem dúvida, ser preponderante na determinação e selecção dos alunos em risco de abandono e/ou absentismo escolar. Pois uma identificação precoce, permite a integração em programas de prevenção e/ou apoio (Simões *et al.*, 2008). De fato a criação de estruturas e bases que motivem os jovens a manter-se na escola e a concluir o ensino obrigatório definido no nosso país (Costa, 1998 *cit in* Silva, 2014).

Assim, importa que a organização escolar, nas suas mais diversas vertentes, tenha sempre como foco, a promoção de aprendizagens e de sucesso escolar, como tal ela deve de conhecer a história individual de cada aluno, para que realize uma resolução centrada nos problemas encontrados. Que permitam a construção de percursos diversificados, que tenham como base o desenvolvimento e aproveitamento das capacidades dos alunos em causa. No decorrer de todo este processo, é importante o envolvimento, compromisso e responsabilização do aluno e família (Diário da República, 2015).

De acordo, com Jimerson, 2001 *cit in* Rebelo (2009), para minimizar e reduzir o abandono escolar e taxas de reprovações elevadas era importante o envolvimento parental, o desenvolvimento de programas que foquem a aquisição e aperfeiçoamento de competências sociais e emocionais, conferindo protecção e diminuição da inadaptação social. Por outro lado, refere que para tal era necessário a aplicação de estratégias psicológicas e educacionais específicas de prevenção e intervenção. Refere ainda, a importância, de nos processos educativos escolares incluir psicólogos e especialistas em ciências da educação, uma vez que são profissionais com aptidões e formação específica, para dar resposta a estes problemas.

Para fazer face a este abandono escolar, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), destaca a alternativa do ensino profissional e vocacional.

Considera-se que a orientação escolar e profissional sejam medidas fundamentais para a solução desta problemática. A orientação é crucial para a prevenção, intervenção e compensação. Esta área tem sido incumbida às escolas. Sendo enfatizada ao nível do 3º ciclo e secundário, onde as taxas de insucesso escolar são mais representativas. Nos responsáveis por esta oferta encontram-se intervém uma equipa multidisciplinar composta por docentes especializados em orientação, conselheiros de orientação, psicólogos e assistentes sociais. Não obstante, importa referir parceiros externos na formação, acompanhamento e apoio nestas actividades de orientação (Eurydice, 2014).

O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) tem origem governamental, localiza-se em territórios socioeconómicos desfavorecidos que são marcados pela pobreza, exclusão social, violência, indisciplina, abandono e o insucesso escolar. Este programa apresenta como objectivos a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo dos alunos em causa (Direcção Geral da Educação, SD).

- **Abandono e absentismo escolar: o papel das CPCJ**

Para reduzir e prevenir este problema educativo as CPCJ que constituem instituições não judiciárias, com autonomia funcional e que têm como objectivo a promoção dos direitos das crianças e jovens e a prevenção de condições que possam por em causa a segurança, saúde, formação educação e desenvolvimento integral, são chamadas a intervir. Estas instituições possuem uma acção na área de município onde têm sede (artigo 15º-Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo aprovada pela Lei n.º147/99, de 01 de Setembro). Elas apresentam-se como cruciais na execução das várias políticas na área da promoção e protecção dos direitos da criança, nomeadamente a promoção da garantia dos seus direitos em matéria de educação.

Como já referido, para promover e proteger as crianças e jovens as CPCJ dispõem de quatro medidas essenciais: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança à pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar e acolhimento em instituição. Para desenvolver o seu plano de acção, a CPCJ deve reger-se, de acordo com artigo 4.º da Lei nº 147/99, pelos seguintes princípios interesse superior da criança e do

jovem, privacidade, intervenção precoce, intervenção mínima, proporcionalidade e actualidade, responsabilidade parental, prevalência na família e obrigatoriedade da informação.

Neste sentido, quando as escolas se deparam com a problemática do abandono e/ou absentismo escolar estabelecem parcerias com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), entidades policiais, progenitores e outros serviços de apoio.

O trabalho em parceria é essencial, ainda, para o desenvolvimento de estratégia de trabalho colaborativo, que tem como principais características: a reunião das diferentes percepções e recursos, a cooperação entre os mesmos, a continuidade no tempo, constituindo-se como parte integrante do processo (Esgaio, 2010,). Todo o trabalho desenvolvido, de acordo com o tipo de intervenientes pode ser entendido de forma formal ou informal. (Sales cit in Monteiro, 2014).

A partir da sinalização, a CPCJ delinea as fases do processo de intervenção, onde se incluem a avaliação e o diagnóstico, a aplicação de medidas de promoção, protecção e coordenação e o acompanhamento dos processos. Independentemente da fase do processo, é necessário que os intervenientes dos processos estejam coesos, que confiem para que juntos as estratégias definidas e implementadas potenciem ganhos nos indivíduos, e por consequência, nas comunidades.

É importante no âmbito da CPCJ, desenvolver acções de promoção de direito de crianças e jovens e de prevenção de situação de risco. Articulado parcerias com as escolas do agrupamento para a detecção e acompanhamento precoce de problemas. Colaborar na construção de intervenção com pais e família. Acompanhar as medidas de protecção de crianças e jovens e contribuir para a definição de alternativas formativas.

Capítulo III

Metodologia e análise dos dados

“A investigação aplicada aos seres humanos, pode, por vezes, causar danos aos direitos e liberdade da pessoa. Neste sentido, é necessário efectuar a investigação segundo os princípios éticos e morais, para proteger os direitos e liberdade das pessoas que participam na investigação”.

FORTIN (2009)

A metodologia utilizada, no decorrer do estágio, assim como a produção do presente relatório muito deve à observação participante e às práticas colaborativas em contexto - intervenção direta e indireta, bem como à análise documental e produção de notas de terreno. Em suma, uma estratégia que se insere na pesquisa qualitativa.

Segundo Fortin (2009; 22), o investigador utiliza o método de investigação qualitativa, na medida que [...] observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem, no entanto, tentar procurar controlá-los. Ainda na mesma linha de pensamento da autora, entende-se por métodos quantitativos, aqueles que têm por base um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis, baseando-se na observação de factos objetiváveis, de acontecimentos e fenómenos que existem, independentemente, do investigador.

- **A Intervenção desenvolvida no campo de estágio**

É necessário sempre que o trabalhador social ⁴reflicta sobre três grandes aspectos, o *“fazer”*, *“como”* e o *“como fazer”*. Segundo Robertis (2011; 138-139) o trabalhador social ter em consideração o utente nas suas diferentes dimensões (pessoa, grupo, colectivo e comunidade); o quadro legislativo das políticas de acção social e as convenções internacionais de protecção dos direitos do homem; a instituição empregadora e as suas missões e o seu modo de funcionamento; a deontologia profissional e os valores humanistas.

Ou seja, é necessário quando pensamos intervir não ter só a percepção da problemática que envolve a criança e/ou jovem, é necessário que o profissional se muna de informação suficiente para perceber a origem da criança, o seio familiar de onde provém, o seu histórico de vida até à presente data, entre outros aspectos, como a solicitação de

⁴ Cristina de Robertis refere-se expressamente ao profissional que se designa por trabalhador social ou assistente social. Contudo, os contributos que dá para analisar, compreender e descrever a acção daqueles profissionais podem, com utilidade, ser transferidos para os *“trabalhadores sociais”* em sentido lato, onde se incluem necessariamente os especialistas em educação/formação. Manteremos a designação da autora mas com a ressalva expressa.

informação aos organismos que intervêm com a pessoa em questão, como exemplo, a escola, o centro de saúde, etc. Debruçarmo-nos sobre o processo da criança, torna-se uma acção de extrema importância, sendo que será toda esta informação contida neste, que poderá influenciar o modo como a intervenção deve ser realizada, assim como nos ajudará de certa forma a perceber os motivos que levam a adoptar tais comportamentos, assim como ajudará o profissional a pensar a intervenção que deve realizar com a criança ou jovem, tendo sempre em consideração que todas as crianças são diferentes, assim como os seus percursos de vida.

Reflectindo, as metodologias de intervenção utilizadas em contexto de estágio, diferenciam-se, podendo ser de intervenção directa e indirecta. A intervenção directa —tem lugar numa relação de frente a frente entre o trabalhador social e o utente; estão os dois presentes, o trabalhador social e a pessoa, e são ambos autores.” Já na segunda, as pessoas utentes estão ausentes, sendo o trabalhador social o único autor e a pessoa é simplesmente uma beneficiária”. (Robertis, 2011; 139).

- **Intervenção Directa**

A intervenção directa ocorre, quando após a sinalização, a criança ou jovem e os seus responsáveis legais são convocados para comparecerem na CPCJ, com o objectivo de se averiguar a situação sinalizada. Posteriormente realizam-se outras reuniões, que têm como objectivo a identificação das razões que conduziram a criança ou jovem a exercer determinada prática (se a questão for do foro do comportamento ou do absentismo, por exemplo) e perceber se encontram dispostas a alterar a sua atitude, o seu comportamento (por um mais adequado), ou outra mudança que se justifique considerar, nomeadamente, por parte dos progenitores. Pois, —A clarificação é também utilizada nas fases seguintes da acção e mesmo até ao encerramento da intervenção. É então importante lembrar que é tão necessária para compreender a situação do utente como para que ele mesmo explore os diferentes aspectos do problema e as suas repercussões”. (Robertis, 2011; 145)

A título de exemplo, passo a descrever uma situação presenciada, nesta CPCJ: um jovem foi sinalizado por absentismo escolar. Perante a informação escolar solicitada, verificou-se que tem sido assíduo na escola, tendo também existido uma alteração notável do seu comportamento. Porém, outras informações foram obtidas por parte da Polícia de Segurança Pública (PSP) , tendo este organismo referido que o jovem agrediu um senhor de uma outra faixa etária bastante mais elevada. Não obstante, este jovem, no decorrer do

seu processo na CPCJ, nunca tinha apresentado comportamentos agressivos, tanto junto dos pares, como no seio familiar ou no desporto que frequenta. Perante a informação policial convocou-se o/a jovem, assim como, o membro do agregado familiar com a responsabilidade parental deste, a fim de averiguar a situação ocorrida e que foi confirmada pelo jovem, juntamente com a explicação do ocorrido e o reconhecimento que o acto era reprovável. No final da reunião, sensibilizamos o jovem para evitar situações conflituosas como esta e, paralelamente, foi-lhe explicado que lhe foi aplicado um processo tutelar educativo, ao qual deverá ser convocado a comparecer no Tribunal, no sentido de prestar declarações sobre a situação ocorrida.

- **Intervenção Indireta**

Podemos entender como intervenção indireta, segundo Robertis, (2011; p. 181) como as intervenções realizadas pelo trabalhador social fora de uma relação face a face com a pessoa. Trata-se de acções empreendidas a fim de organizar o seu trabalho e de planificar intervenções que se realizarão de seguida com as pessoas e também de acções empreendidas em benefício do utente mas sem a participação ativa e direta deste. O trabalhador social age para o utente mas não com ele.

As intervenções indiretas são inúmeras e variadas e ocupam um lugar importante no tempo de trabalho e na definição do lugar dos trabalhadores sociais. Por vezes, os profissionais passam quase metade do seu tempo nesta forma de actividade.

Poderia olhar para este método de trabalho como algo deveras maçador, algo bastante burocrático, porém, nunca me ocorreu. Talvez, pelo facto de estar consciencializada que não era apenas contactando com o utente que a CPCJ o ajudaria, mas por todos, os meios desencadeados para garantir o sucesso da intervenção, como pedidos de informação clínica; aquisição de vagas para consultas de acompanhamento psicológico; pedidos de informação escolar; contactos estabelecidos com os directores de turma; construção do Acordo de Promoção e Protecção; envio de correspondência; entre muitas outras tarefas.

Todavia, concordo com a autora (Robertis, 2011; p 182) quando esta refere que, ~~“~~Há uma tendência para não se contabilizar o tempo passado em reuniões, diligências, na elaboração da correspondência ou dos relatórios e na actualização dos dossiês (...) As intervenções indiretas são o complemento indispensável das intervenções directas e têm o seu lugar por inteiro no inventário – não exaustivo – das intervenções sociais de ajuda às pessoas”~~”~~.

Posso considerar que cerca de 90% do tempo de estágio foi exercido a realizar intervenção indireta como será patente no capítulo V.

Todo o registo de informações e colocação nos processos, assim como a organização dos processos por ordem cronológica é um facilitador da procura de informação por outro técnico da instituição, ou até pelo técnico que trata do processo. Nele constam todos os dados relativos à criança ou jovem e o seu percurso desde que este foi instaurado até ao momento que é arquivado. Podemos de certa forma, olhar para estes dossiês equiparando-os um pequeno livro biográfico de cada criança ou jovem, sendo que todos os documentos estão assinados, carimbados, ou timbrados pela CPCJ em questão, em folhas diferenciadas. Por exemplo, o início do dossiê começa com uma folha de rosto que tem a informação do número do processo da base nacional das CNPCJR, da base local (número do processo adquirido naquela CPCJ, por exemplo – 151/15), o nome completo da criança, a morada e a data de nascimento da mesma. Em seguida, a subscrição dos consentimentos dos progenitores à intervenção, e do jovem caso tenha idade igual ou superior a 12 anos; a informação do agregado familiar; da habitação; os boletins de vacinas, entre outros.

“A familiaridade com os documentos comuns aos trabalhadores sociais do serviço e com a sua classificação permite encontrar as informações procuradas num mínimo de tempo, sem ter de atolar o espírito com informações muito vastas e em mudança”. (Robertis, 2011; 185). É revelador referir que, este procedimento não serve apenas para benefício do técnico, ele serve também para o caso do processo transitar para o Tribunal de Família e Menores, estes consigam, perceber o desenrolar do processo enquanto fora trabalhado pela Comissão de Protecção.

- **A Análise Documental**

A leitura de documentos sugeridos pela orientadora de estágio, documentos de carácter legislativo, a Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens, Lei Tutelar Cível, Lei Tutelar Educativa constituiu a actividade inicial do estágio e foi importante para o conhecimento do contexto e melhor integração. A leitura de todos esses documentos ajudaram-me enquanto estagiária a perceber no que realmente se baseava uma CPCJ e o seu modo de funcionamento.

Depois de iniciar o estágio, prossegui com a análise documental em documentos da Comissão de Protecção, como o Relatório Anual de Actividades que continha inúmeros

dados relativos aos processos que fazem parte daquela Instituição, documento cuja consulta é essencial para se criar uma percepção estatisticamente fundamentada das sinalizações, das problemáticas mais frequentes, entre muitos outros dados que tornam este dossiê tão rico em informação, tornando-se, extremamente, útil para alguém que chega de novo naquele organismo. —A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenómenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objectos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência” (Silva et al 2009: 9)

- **Observação participante e não participante**

A técnica de observação vem sendo utilizada em diversas áreas de conhecimento, visto que a mesma possibilita ao pesquisador extrair informações de grupos e situações que com outras técnicas se tornariam mais complexo ou mesmo impossíveis (Ferreira et al., 2012).

Segundo Correia (2011), a observação participante é realizada em contacto directo, frequente e prolongado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjectivas para que possa haver a compreensão de factos e de interacções entre sujeitos em observação, no seu contexto. Ainda na mesma linha de pensamento Bogdan e Taylor (1975, as cit in Correia ,2011) definiram a observação participante como uma investigação caracterizada por interacções sociais intensas, entre investigador e sujeitos, no meio destes, sendo um procedimento durante o qual os dados são recolhidos de forma sistematizada.

A observação participante esteve presente no meu percurso de estágio pelo facto de em todos os encontros com a criança, assim como com os seus representantes legais, no que trata a questões de Abandono e/ou Absentismo Escolar ter estado presente em todas elas, não só pelo facto de aprender/observar como realizar o atendimento, os procedimentos, as questões que se colocavam, mas também pelo propósito de posteriormente realizar um pequeno relatório com os assuntos tratados na entrevista, o registo dos comportamentos, informações dadas pela criança/representantes legais. Em todas estas reuniões foi-me concedida a liberdade pela técnica de intervir sempre que

achasse pertinente fazê-lo, sendo que o fiz algumas vezes em situações que achei pertinente.

Quanto à observação não participante, esta também se salientou no meu percurso de estágio nas reuniões em que estive presente da Comissão Restrita bem como na Comissão Alargada. No que diz respeito a esta, Segundo Gil (2006 as cit in Ferreira et al. 2012), a observação também pode ser classificada como não participante, na qual o pesquisador não se envolve com o objecto pesquisado. A observação não participante também pode ser conhecida como simples. O pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objecto observado. Na observação não participante os sujeitos não sabem que estão sendo observados, o observador não está diretamente envolvido na situação analisada e não interage com objecto da observação.

Como referi, a observação participante e colaborativa e a observação não participante estiveram presentes ao longo do estágio. A observação consiste numa —. técnica de recolha de dados particularmente útil e fidedigna, na medida em que as informações obtidas não se encontram condicionadas pelas opiniões e pontos de vista dos sujeitos...” (Afonso, 2005 cit in Brito 2012). Na observação participante, —os objectivos vão muito além da mera descrição dos componentes de uma situação, permitindo a identificação do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento. Face à intersubjectividade presente em cada momento, a observação em situação permite e facilita a apreensão do real, uma vez que estejam reunidos aspectos essenciais em campo”(Spradley,1980 cit in Correia, 2009:32). Esta esteve presente nos momentos em que assisti às entrevistas/reuniões com os progenitores das crianças ou jovens, assim como com estas, onde possuía a liberdade de poder dialogar. A postura colaborativa existia, ainda, nos contactos telefónicos estabelecidos ou recepcionados que diziam respeito aos jovens em que acompanha o processo. Esses telefonemas consistiam em trocas de informações, sendo que posteriormente tinham de ser registados no processo da criança com a informação fornecida.

Quanto à observação não participante também esteve presente, principalmente, nas reuniões de Comissão Restrita, assim como nas Reuniões de Comissão Alargada, em que escutava, atentamente, os relatos acerca dos processos das crianças e as medidas que se pretendiam aplicar e/ou prorrogar, arquivar ou reabrir processos. Todas estas informações eram levadas a reunião pelos técnicos responsáveis pelos processos, sendo que eu como estagiária, apesar de estar ocorrente do que se sucedia no processo, apenas me encontrava na reunião como observadora, não participante.

Apresentação e Análise dos processos acompanhados

“A análise de dados consiste em apresentar os resultados e interpreta-los à luz das questões de investigação ou das hipóteses formuladas. Apresentar os dados consiste em acompanhar o texto narrativo de quadros e figuras que ilustrem os principais resultados obtidos com as diferentes análises utilizadas (Fortin, 2009; 139)

Processos Acompanhados

Os processos acompanhados representam aqueles em que estive envolvida, enquanto estagiária naquele organismo. Relativamente ao processos, realizei actividades como atendimentos/entrevistas, pesquisa de informação, anexo de diligências (informação enviada pela PSP, reportando situações ocorridas, por exemplo), entre outras tarefas.

Na tabela 4, caracterizo de acordo com o género o volume de processos que acompanhei.

Tabela 4: Número de processos acompanhados por género.

Género	
Feminino	16
Masculino	25
Total	41

Tal como descreve a tabela, no total acompanhei 41 processos, sendo que 16 são relativos a crianças/jovens de género feminino e 25 referem-se a indivíduos do género masculino.

Na tabela 5, realizo a discriminação dos jovens acompanhados, de acordo com género e idades.

Tabela 5: Faixa etária das crianças/jovens sinalizados.

Idades	Masculino	Feminino	TOTAL
4 anos	0	1	1
9 anos	2	0	2
10 anos	1	0	1
11 anos	1	0	1
12 anos	2	0	2
subtotal	6	1	7
13 anos	2	3	5
14 anos	4	2	6
15 anos	3	1	4
16 anos	4	3	7
17 anos	5	4	9
18 anos	1	2	3
subtotal	19	15	34
TOTAL	25	16	41

Por análise da tabela anterior, conclui-se a faixa etária que se constitui problemática são adolescentes e jovens, representando 83% da amostra total. Paralelamente, é ainda de referir que os jovens com 17 anos (9 processos) lideram as sinalizações, seguindo-se, os jovens de 16 anos (7 processos). Quanto ao género, conclui-se ainda que prevalece o masculino, representando 60%. Por último, quando relacionados faixa etária e género, verifica-se, ainda, que os jovens do sexo masculino apresentam uma maior taxa de sinalização, ou seja, 40%.

De seguida, na tabela 6, apresentam-se as causas de sinalização.

Tabela 6: Motivo da sinalização das crianças/jovens.

Motivo de Sinalização	Número de indivíduos
Maus tratos Físicos	1
Indisciplina	3
Indisciplina /Absentismo Escolar	3
Absentismo / Abandono Escolar	25
Comportamento Desviante	3
Prática de facto qualificado como crime	2
Negligência	4
TOTAL	41

Por análise da tabela, conclui-se que a principal causa de sinalização é o absentismo e/ou abandono escolar, representando cerca de 61% dos processos acompanhados. Não obstante, a negligência representa a segunda maior causa de sinalização. Todos estes dados transportam para a CPCJ um problema educativo que, pelas idades juvenis das pessoas sinalizadas não é independente da extensão da escolaridade obrigatória.

Na tabela 7, caracteriza-se a criança e ou jovem de acordo com o seu nível escolar, localidade e benefício de RSI, de acordo com o género.

Tabela 7. Caracterização da criança ou jovem ao nível escolar, localidade e benefício de RSI por género

		Estatísticas de Frequência						
		GLOBAL (N=41)		Masculino (N=27; 65,9%)		Feminino (N=14; 34,1%)		
Variável	Caraterística	N	%	N	Expect.	N	Expect.	χ^2
Nível Escolar	1º Ciclo	9	22,0	7	5,8	2	3,2	,922
Completo	2º Ciclo	25	61,0	15	16,2	10	8,8	
	3º Ciclo	3	7,3	2	1,9	1	1,1	
	Desconhecido	4	9,8					
Retenções	Não	6	14,6	4	3,9	2	2,1	.009
	Sim	34	82,9	22	22,1	12	11,9	
	Desconhecido	1	2,4					
Tipo de Ensino	Regular	22	53,7	14	14,9	8	7,1	,383
	Vocacional	15	36,6	11	10,1	4	4,9	
	Desconhecido	4	9,8					
Localidade	Águas Santas	8	19,5	5	5,3	3	2,7	
	Badajoz	2	4,9	1	1,3	1	0,7	
	Folgosa	1	2,4	1	0,7	0	0,3	
	Gemunde	5	12,2	3	3,3	2	1,7	
	Gondim	2	4,9	2	1,3	0	0,7	
	Gueifães	1	2,4	1	0,7	0	0,3	
	Maia	9	22,0	6	5,9	3	3,1	
	Moreira	3	7,3	2	2,0	1	1,0	
	Paranhos	1	2,4	0	0,7	1	0,3	
	S. Pedro Fins	2	4,9	1	1,3	1	0,7	
	Vermoin	7	17,1	5	4,6	2	2,4	
Benefício de RSI no agregado	Não	31	75,6	21	19,6	10	11,4	1,520
	Sim	7	17,1	3	4,4	4	2,6	
	Desconhecido	3	7,3					

Observamos com mais detalhe alguns elementos definidores desta população: género, nível escolar, localidade e benefício de RSI. Como referimos anteriormente estamos em presença maioritariamente de rapazes (65,9%) e completaram o 2º ciclo (61,0%). Quase todos os elementos desta população apresentam retenções (82,9%) e mais de metade frequenta o ensino regular (53,7%). As principais localidades representadas são a Maia (22,0%) e Águas Santas (19,5%). Apenas em 7 casos os agregados familiares

beneficiavam de RSI (7,3%).

Na tabela 8 caracteriza-se os progenitores (sexo masculino), de acordo com a idade, nível de escolaridade, estado civil e profissão.

Tabela 8. Caracterização progenitor masculino, de acordo com a idade, nível escolaridade, estado civil e profissão com comparação por género da criança ou jovem

Caraterísticas Progenitor				Estatísticas Descritivas			
				Masculino		Feminino	
				(N=27; 65,9%)		(N=14; 34,1%)	
Variável	Caraterística	N	%	N	Expect.	N	Expect.
Faixa Etária	≤29 anos	1	2,4	1	,7	0	,3
	30-39 anos	10	24,4	9	7,3	1	2,7
	40-49 anos	14	34,1	10	10,3	4	3,7
	50-59 anos	4	9,8	2	2,9	2	1,1
	≥60 anos	1	2,4	0	,7	1	,3
	Desconhecido	11	26,8				
Escolaridade	1º Ciclo Incomp.	3	7,3	2	2,0	1	1,0
	1º Ciclo Compl.	7	17,1	2	4,8	5	2,3
	2º Ciclo Compl.	10	24,4	8	6,8	2	3,2
	3º Ciclo Incomp.	3	7,3	3	2,0	0	1,0
	3º Ciclo Compl.	3	7,3	3	2,0	0	1,0
	E. Sec. Compl.	2	4,9	1	1,4	1	,6
	Desconhecido	13	31,7				
Estado Civil	Solteiro/a	3	7,3	2	2,0	1	1,1
	União de Facto	3	7,3	1	2,0	2	1,1
	Casado/a	20	48,8	12	13,0	8	7,0
	Divorciado/a	13	31,7	10	8,5	3	4,6
	Viúvo/a	1	2,4	1	,7	0	,4
	Desconhecido	1	2,4				
Profissão	Serviços pessoais, protecção, segurança e vendedores	5	12,2	3	3,4	2	1,6
	Indústria, construção e artífices	16	39,0	12	10,8	4	4,2
	Op. de instalações e máquinas / montagem	5	12,2	2	3,4	3	1,6
	Não qualificados	3	7,3	2	2,0	1	2,0
	Sem profissão, desempregado ou reformados	5	12,2	4	3,4	1	1,6

Analisando o perfil dos progenitores, verificamos que se encontram, na sua maioria, numa faixa etária compreendida entre os 30 e 49 anos (58,5%). No que se refere à escolaridade, observamos que (17,1%) possuíam o diploma do 1º ciclo completo e (24,4%) o do 2º ciclo completo. Quanto ao estado civil (48,8%) eram casados e (31,7%) divorciados. Em matéria de ocupação (39,0%) trabalhavam na indústria, construção e artífices.

Na tabela 8 caracteriza-se os progenitores (sexo masculino), de acordo com a idade, nível de escolaridade, estado civil e profissão.

Tabela 9. Caracterização da progenitora de acordo com a idade, nível de escolaridade, e profissão com comparação por género da criança ou jovem

Caraterísticas Progenitora		Estatísticas de Frequência					
		GLOBAL		Masculino		Feminino	
		(N=41)		(N=27; 65,9%)		(N=14; 34,1%)	
Variável	Caraterística	N	%	N	Expect.	N	Expect.
Faixa Etária	≤29 anos	1	2,4	1	,7	0	,3
	30-39 anos	13	31,7	11	8,7	2	4,3
	40-49 anos	17	41,5	9	11,3	8	5,7
	50-59 anos	5	12,2	3	3,3	2	1,7
	Desconhecido	5	12,2				
Escolaridade	1º Ciclo Compl.	6	14,6	3	4,2	3	1,8
	2º Ciclo Incompl.	1	2,4	0	,7	1	,3
	2º Ciclo Compl.	8	19,5	6	5,6	2	2,4
	3º Ciclo Incompl.	6	14,6	5	4,2	1	1,8
	3º Ciclo Compl.	6	14,6	5	4,2	1	1,8
	E. Sec. Incomp.	1	2,4	1	,7	0	,3
	E. Sec. Compl.	2	4,9	1	1,4	1	,6
	Desconhecido	11	26,8				
Estado Civil	Solteiro/a	4	9,8	3	2,6	1	1,4
	União de Facto	3	7,3	1	2,0	2	1,0
	Casado/a	20	48,8	12	13,2	8	6,8
	Divorciado/a	13	31,7	10	8,6	3	4,4
	Viúvo/a	1	2,4	1	,7	0	,3
Profissão	Pessoal administrative	1	2,4	1	,7	0	,3
	Serviços pessoais, protecção, segurança e vendedores	7	17,1	3	4,6	4	2,4
	Indústria, construção e artífices	6	14,6	5	4,0	1	2,0
	Op. de instalações e máquinas / montagem	1	2,4	1	,7	0	,3
	Não qualificados	8	19,5	4	5,3	4	2,7
	Sem profissão, Desempregado ou Reformados	18	43,9	13	11,9	5	6,1

Por análise do perfil das progenitoras, verifica-se que na sua maioria encontram-se numa faixa etária entre 30 e os 49 anos (73,2%). No que concerne ao nível da escolaridade, conclui-se que (14,6%) possuem diploma do 1º ciclo completo, (19,5%) apresentam o 2º ciclo completo e (14,6%) o 3º ciclo completo. Relativamente, ao estado civil (48,8%) eram casados e (31,7%) divorciados. Quanto à matéria de ocupação, (43,9%) não têm profissão, desempregadas ou reformadas e (19,5%) desempenham cargos não qualificados.

Conclui-se, relativamente à tabela 8 e 9 que não existem diferenças estatisticamente significativas entre o género dos progenitores.

Na tabela 10, realiza-se uma análise sobre a caracterização da criança ou jovem mediante a

intervenção da CPCJ.

Tabela 10. Caracterização da criança ou jovem mediante a intervenção da CPCJ com comparação por género

		Estatísticas de Frequência					
Variável	Caraterística	GLOBAL (N=41)		Masculino (N=27; 65,9%)		Feminino (N=14; 34,1%)	
		N	%	N	Expect.	N	Expect.
Motivo	Maus tratos físicos	4	9,8	4	2,6	0	1,4
Sinalização	Comportamentos de Indisciplina	1	2,4	1	,7	0	,3
	Comportamentos de indisciplina/Absentismo escolar	4	9,8	3	2,6	1	1,4
	Comportamentos desviantes	4	9,8	3	2,6	1	1,4
	Absentismo e/ou abandono escolar	21	51,2	11	13,8	10	7,2
	Prática de facto qualificado como crime	2	4,9	2	1,3	0	,7
	Negligência	5	12,2	3	3,3	2	1,7
Entidade	Entidade Policial	9	22,0	8	5,9	1	3,1
Sinalizadora	Escola	25	61,0	17	16,5	8	8,5
	CPCJ	2	4,9	0	1,3	2	,7
	Hospital	1	2,4	0	,7	1	,3
	Anónima	3	7,3	2	2,0	1	1,0
	Projeto "Maia Não Desiste"	1	2,4	0	,7	1	,3
Medida Aplicada	Pais	38	92,7	26	24,7	12	13,3
	Outro familiar	2	4,9	0	1,3	2	,7
	Desconhecido	1	2,4				
Resultado do	Tribunal	4	9,8	3	2,6	1	1,4
Processo	Prorrogação	35	85,4	23	23,0	12	12,0
	Arquivamento	2	4,9	1	1,3	1	,7
Apoio	Não	30	73,2	18	20,3	12	9,8
Psicológico	Sim	10	24,4	9	6,8	1	3,3
	Desconhecido	1	2,4				
Apoio Escolar	Não	26	63,4	15	17,1	11	8,9
	Sim	15	36,6	12	9,9	3	5,1

Por análise, conclui-se que (51,2%) das crianças e/ou jovens apresentam como motivo de sinalização o absentismo e/ou abandono escolar. Verifica-se que (61,2%) dos casos foram reportados pela escola e (22%) pela entidade policial. Consta-se, ainda, que (92,7%) dos processos acompanhados, implementou-se medida aplicada junto dos pais, tendo em termos de resultado (85,4) na prorrogação dos mesmos. Verifica-se, ainda, que na maioria não usufruíram de apoio psicológico (73,2%) nem de apoio escolar (63,4%).

Na tabela seguinte, caracteriza-se os dados escolares e a intervenção da CPCJ.

Tabela 11. Caracterização dos dados escolares e intervenção da CPCJ da criança ou jovem mediante o tipo de ensino

		Estatísticas de Frequência			
		Regular (N=22; 53,7%)		Vocacional (N=15; 36,6%)	
Variável	Caraterística	N	Expect.	N	Expect.
Escolaridade Completa	1º Ciclo	6	5,1	3	3,9
	2º Ciclo	11	13,1	12	9,9
	3º Ciclo	3	1,7	0	1,3
Retenções	Não	4	3,0	1	2,0
	Sim	18	19,0	14	13,0
Benefício RSI agregado	Não	16	15,1	11	11,9
	Sim	3	3,9	4	3,1
Motivo Sinalização	Maus tratos físicos	1	1,8	2	1,2
	Comportamentos de Indisciplina	1	,6	0	,4
	Comportamentos de indisciplina/Absentismo escolar	2	2,4	2	1,6
	Comportamentos desviantes	3	2,4	1	1,6
	Absentismo e/ou abandono escolar	12	11,3	7	7,7
	Prática de facto qualificado como crime	0	1,2	2	,8
	Negligência	3	2,4	1	1,6
Entidade Sinalizadora	Entidade Policial	3	4,8	5	3,2
	Escola	17	14,9	8	10,1
	CPCJ	0	,6	1	,4
	Hospital	0	,6	1	,4
	Anónima	1	,6	0	,4
	Projeto "Maia Não Desiste"	1	,6	0	,4
Medida Aplicada	Pais	20	20,8	15	14,2
	Outro familiar	2	1,2	0	,8
Resultado do Processo	Tribunal	2	2,4	2	1,6
	Prerrogação	19	18,4	12	12,6
	Arquivamento	1	1,2	1	,8
Apoio Psicológico	Não	13	15,2	13	10,8
	Sim	8	5,8	2	4,2
Apoio Escolar	Não	12	13,7	11	9,3
	Sim	10	8,3	4	5,7

De acordo com os dados apresentados na tabela anterior, conclui-se que quer no ensino regular quer no ensino vocacional, o motivo de sinalizou-se não varia de acordo com o tipo de ensino, assim como, as entidades sinalizadoras. Conclui-se para ambos os tipos de ensino, regular e vocacional, apresentam (13,1%) e (9,9%) o 2º ciclo completo, respectivamente. Quanto às

retenções conclui-se que a maioria já sofreu retenções, representado cerca de (19%) para o ensino regular e (13%) para o ensino vocacional. E, por último, na sua maioria não beneficiam de RSI.

Na tabela 12, relaciona-se a associação entre o motivo de sinalização e a entidade sinalizadora.

Tabela 12. Associação entre o motivo de sinalização e entidade sinalizadora

		Motivo de Sinalização					
		Maus tratos Físicos	Comportamnetos de Indisciplina	Indisciplina / Absentismo escolar	Comportamentos desviantes	Absentismo e/ou abandono escolar	Prática de crime
Entidade	N	3	0	0	4	0	2
Policial	Expect.	,9	,2	,9	,9	4,6	,4
Escola	N	1	1	4	0	17	0
	Expect.	2,4	,6	2,4	2,4	12,8	1,2
CPCJ	N	0	0	0	0	2	0
	Expect.	,2	,0	,2	,2	1,0	,1
Hospital	N	0	0	0	0	0	0
	Expect.	,1	,0	,1	,1	,5	,0
Anónima	N	0	0	0	0	1	0
	Expect.	,3	,1	,3	,3	1,5	,1
Projeto	N	0	0	0	0	1	0
"Maia Não Desiste"	Expect.	,1	,0	,1	,1	,5	,0

Por análise da tabela, constata-se que a associação entre o motivo e entidade que sinalizou os indivíduos da amostra, prende-se com o facto de a escola ser a primeira instituição a ter conhecimento e estar mais próxima destes. Assim, tem-se que 17 indivíduos, surge a escolar como principal entidade sinalizadora e o principal motivo o absentismo e/ou abandono escolar.

Capítulo IV

Atividades desenvolvidas no estágio

No âmbito do acompanhamento dos processos, foi-me solicitado a realização de diferentes tarefas, como exponho de seguida. Inicialmente, comecei por consultar os processos existentes para identificar a idade das pessoas sinalizadas, pois, tendo estas atingido os 18 ou mais anos, ou seja, a maioridade, o processo pode cessar, caso seja a vontade dos mesmos; não havendo, assim, qualquer plano de acção por parte da CPCJ. Esta constitui-se uma tarefa crucial, uma vez que me permitiu desde logo desenvolver um olhar atento e crítico sobre os mesmos.

Posteriormente, e para me integrar no ambiente e acção da instituição, a supervisora local pediu-me para a acompanhar e colaborar na gestão dos processos que tinham sido sinalizados para o gabinete educativo. O desafio era grande e a vontade de dar resposta preenchia-me. Sabia que cada caso era um caso, imperava a necessidade de o conhecer. Comecei, então, por estudar/analisar os processos, compreendendo os motivos pelos quais tinham sido sinalizados, as medidas que tinham sido implementadas e em que fase se encontrava o processo, o tipo de ensino e grau de escolaridade, informação da escola, entre outras. Todo este trabalho a montante era crucial para um melhor desempenho a jusante.

A pesquisa documental dos processos foi uma constante ao longo de todo o estágio, nunca descorando o cuidado com os princípios éticos básicos como a confidencialidade, uma vez que as informações neles contidas são pessoais. Neste sentido, ao longo do relatório, respeitaremos, ainda o princípio do anonimato, omitindo informações que possam induzir à identificação das pessoas em causa.

Após cada dia de estágio, sentia a necessidade de explorar os casos trabalhados, o plano de acção utilizado, analisados os prós e contras, para que as intervenções a implementar obtivessem resultados positivos.

- **Gestão dos Acordos de Promoção e Protecção – APP**

Segundo a Lei de Protecção de Crianças e Jovens 147/99 os Acordos de Promoção e Protecção (APP) são constituídos por várias informações relativamente à criança ou jovem assim como incluem alguns dados referentes aos responsáveis legais da mesma. Os APP possuem também a identificação do técnico responsável pelo acompanhamento e supervisão do processo, o prazo estabelecido para o Acordo ser revisto, as declarações de consentimento ou de não oposição necessárias, cláusulas que garantam os cuidados básicos da criança ou jovem – alimentação, higiene, saúde, conforto e bem-estar e, por último, e

não menos importante, a subscrição de todos os intervenientes contemplados no Acordo de Promoção e Protecção.

Quanto às cláusulas descritas no APP, estas são estipuladas pelo técnico responsável pelo processo conforme este considere que são pertinentes para garantir o bem-estar da criança ou jovem, sendo que cada APP é redigido de acordo com a situação concreta de cada criança. Nesse documento constam, os direitos e deveres da criança ou jovem, a medida aplicada (apoio juntos dos pais-elemento de apoio mãe, por exemplo), assim como os deveres dos representantes legais, no intuito de suprir o risco a que se encontra exposta, como se observa no seguinte exemplo de uma das cláusulas de um APP em que a medida aplicada foi a entrega a um familiar da criança ou jovem X:

Cláusula 1ª- A criança ficará entregue aos cuidados da tia materna e do marido, (Nome completo de ambos), com residência sita à (Morada completa), os quais lhe deverão proporcionar todos os cuidados inerentes à sua saúde, educação, subsistência e acompanhamento afectivo, por forma a garantir-lhe um saudável e adequado desenvolvimento biopsicossocial. “

Relativamente à revisão das Medidas de Promoção e Protecção Aplicadas, no prazo estipulado no APP, podem ser continuadas ou prorrogadas, dependendo do ponto de situação que a criança ou jovem se encontra assim como outros aspectos. Esta decisão encontra-se a cargo do técnico responsável pelo processo que o expõe em reunião restrita e sugere a continuidade da aplicação da medida ou a prorrogação da mesma. Estas decisões partem do estudo anterior que o técnico fez baseada nas diligências que têm chegado até si, quer por diligências vindas por parte da escola, por relatórios médicos (caso a criança frequente consultas de alguma especialidade), diligências por entidade policial (caso existam), entre outras. Assim, face a todas as informações recolhidas, reuniões e entrevistas realizadas, o técnico expõe em reunião restrita a sua proposta, onde expõe toda a informação obtida para o processo e perante consenso, definem-se novas medidas de aplicação ou, até mesmo, o arquivo do processo. Quando arquivado, o processo é finalizado em Comissão Restrita. Posteriormente, comunica-se a tomada de decisão a todos os intervenientes no APP, informando que o processo poderá ser reaberto a qualquer momento, caso se verifique a necessidade para tal acção.

Considero ainda pertinente salientar, mais uma vez, que, no decorrer do Acordo, a Comissão articula com várias instituições que se encontram envolvidas com a criança ou

jovem, como a escola, centro de saúde, entre outros organismos pertinentes para se conhecer aprofundadamente a situação. No período em que o processo de Promoção e Protecção é aplicado, encontrando-se, ainda, a decorrer são realizadas várias reuniões com a criança ou jovem, assim como, com os seus progenitores, para se proceder à análise da situação, no momento, compreendendo, ainda, se a medida aplicada está a obter qualquer tipo de ganho, ou, para, caso necessário se proceder à reformulação da mesma.

Na realização dos Acordos de Promoção e Protecção, esteve presente nos casos que tinham por sinalização o abandono e absentismo escolar. Para além da presença nas reuniões, da observação das mesmas realizava um relatório acerca do conteúdo dos encontros. Estes relatórios fazem do parte do processo de cada criança ou jovem, tal como descrevo de seguida:

“ No presente dia compareceu nesta Comissão de Protecção o jovem x acompanhado por (nome da/s pessoa/s que o faziam acompanhar) a fim de fazermos o ponto de situação familiar bem como escolar do jovem (...). Sensibilizamos o jovem para o facto de que deve continuar a alterar a sua postura em contexto escolar bem como familiar, sendo que só beneficiará com essa alteração de comportamento (...). Durante o atendimento, o jovem mostrou sempre um comportamento colaborante com a técnica, mostrando-se receptivo às opiniões da mesma bem como da progenitora (...). Foi notável a sua agradável relação com a progenitora, respeitando-se mutuamente (...). O jovem referiu que irá começar as suas consultas na especialidade x no dia x à hora x”.

Realizava também a revisão das datas dos APP que se encontravam perto de caducar para que a informação fosse apresentada na reunião restrita para serem discutidos os processos entre os técnicos. Algumas vezes, em conversas informais, manifestei a minha opinião quando solicitada pela técnica no que diz respeito ao que observava nos atendimentos – a relação das crianças ou jovens com os representantes legais(pais, tios, e avós, dependendo do caso, a forma como dialogavam, a postura de ambos, entre muitos outros aspectos que eram visíveis nestes momentos e que se dotavam de extrema importância.

- **Atendimento das crianças ou jovens e representantes legais das mesmas**

Os atendimentos são marcados pela técnica, sendo comunicados através de convocatórias via carta ou postal para a morada dos representantes legais da criança ou jovem, endereçada não apenas a um dos responsáveis mas sim a ambos, sendo referido na mesma que se deverão fazer acompanhar da criança ou jovem em questão. Se existir impossibilidade de comparecerem na Comissão de Protecção na data/hora agendada, têm como obrigatoriedade o aviso prévio para reagendamento de uma nova data/hora. Caso a data da convocatória seja cumprida, é realizado o atendimento. Porém, se existir a não comparência dos indivíduos em questão sem justificação é-lhes enviado uma nova convocatória com uma nova data/hora agendada. Contudo esta convocatória apesar de ser enviada por via postal, segue com aviso de recepção para que a CPCJ perceba se a correspondência está a ser recebida e/ou ignorada.

Na data/hora marcada, quando não há comparecimento sem qualquer tipo de justificação, a técnica procede a um novo agendamento para entrevista, sendo esta entregue por entidade policial, em mão, aos intervenientes na morada⁵. Caso tenham conseguido contacto com os convocados, estes subscrevem o documento como forma de conhecimento da convocatória, porém, se a abordagem for sem sucesso a entidade policial comunica na mesma à CPCJ.

No dia do atendimento se comparecerem, estes são confrontados com as diversas tentativas falhadas de atendimentos anteriores, sendo solicitada uma justificação para tal comportamento. Porém, se mesmo por convocatória por entidade policial não comparecem na data/hora sem justificação as tentativas de marcação para atendimento esgotam, sendo o processo remetido para o Tribunal de Família e Menores do Porto.

Os atendimentos tinham como espaço físico o Gabinete da técnica e consistiam numa espécie de entrevista com a criança ou jovem e os seus representantes legais.

Estes atendimentos poderiam funcionar de várias formas, dependendo da forma como a técnica percebia que seria a melhor estratégia a utilizar. Ou seja, a criança ou

⁵ A técnica pede a colaboração da entidade policial da área de residência dos convocados, procede-se ao envio por fax do documento para a entidade policial, sendo que posteriormente é arquivado no processo a convocatória com o documento comprovativo do fax e conforme aquando a tentativa de contacto desta entidade com os convocados realizada, estes fazem chegar a informação à CPCJ.

jovem poderia ser ouvida sozinha e, de seguida, era-lhe solicitado que se retirasse por breves instantes para que se pudesse dialogar com o seu representante, ou vice-versa, sendo que existiam momentos em que se reuniam com ambos.

Estas reuniões tinham como intuito, tal como exposto anteriormente, dar a conhecer aos representantes legais as diligências conhecidas da criança ou jovem. Importando, no momento de reunião, devido a um maior grau de proximidade entre os diversos intervenientes da mesma, determinar os factores que espoletaram tal ocorrência como as atitudes/comportamentos, as motivações, pontos de situação familiares, escolares, entre outros aspectos pertinentes, para que estas pudessem vir a ser trabalhadas para que não voltassem a acontecer.

- **Redacção de resumos sobre diligências comunicadas à CPCJ para anexar aos processos**

A redacção dos resumos tinha como finalidade anexar as informações angariadas acerca dos indivíduos que atendíamos; o registo das informações que lhes eram dadas no atendimento, assim como a informação facultada por estes; o registo da observação comportamental, entre outras informações relevantes que considerássemos pertinente, no sentido de estar documentado e registado no processo.

- **Contactos telefónicos e Registo dos mesmos**

Esta foi mais uma das tarefas que realizei ao longo do estágio, sendo esta bastante frequente. Porém, foram mais as vezes que assisti aos contactos telefónicos da técnica, do que aqueles que realizei. Assistia, com o objectivo de *à posteriori* realizar o registo deste. Apenas realizei dois em todo o estágio, sendo que um deles foi no sentido de agendar uma data/hora com o progenitor de uma criança acompanhada e o outros, consistiu apenas foi para o progenitor de uma criança no intuito de agendar uma data/hora para entrevista e que um outro contacto telefónico consistiu no pedido do contacto do fax à entidade policial de Matosinhos.

Através dos contactos telefónicos chegavam várias informações, dos directores de turma das crianças ou jovens, dos progenitores, entre outros. Como já referido, todos os contactos telefónicos careciam posteriormente de um registo que era de seguida ao processo.. Esta tarefa cabia-me a mim, por ser algo que requeria algum tempo e dedicação,

sendo que a técnica que me acompanhava, além de estar envolvida nos processos do gabinete educativo realizava outro papel dentro da Instituição que exigia muito do seu tempo e dedicação. Contudo, todos os registos telefónicos assim como registo das entrevistas passavam antes pela sua supervisão antes de proceder ao anexo nos respectivos processos.

- **Realização de Convocatórias e Envio das mesmas**

A realização de convocatórias tinha como objectivo o envio para a residência dos progenitores das crianças ou jovem com uma data/hora para comparecerem na Comissão de Protecção. Existia um modelo de convocatória, sendo apenas necessário mudar o nome dos progenitores, da criança ou jovem, a morada e acrescentar a data/hora para comparecerem e adiantar o assunto para o qual estariam a ser convocados, como por exemplo:

“ 1 – Prestar declarações;

2 – Assinatura do Acordo de Promoção e Protecção. “

Depois de redigida a convocatória levava à técnica para subscrever, em seguida tirava uma cópia para ficar como comprovativo no processo de cada criança e colocava num envelope postal para depois seguir para o correio cada uma delas.

- **Presença numa sinalização e registo**

Estive presente numa sinalização via telefone, pelo facto de ser necessário depois, preencher o formulário de sinalização. Durante o contacto telefónico ia apontando os dados que recolhia através da audição da chamada. Findado o contacto telefónico procedi então ao preenchimento do formulário de sinalização que a técnica analisou e subscreveu em seguida, tendo este ficado na sua posse.

- **Acompanhamento da técnica numa palestra a uma escola do Concelho da Maia**

Esta actividade consistiu no acompanhamento da técnica a uma escola estipulada anteriormente por esta, a fim de realizar uma palestra/acção de sensibilização aos docentes

desse organismo. O meu papel foi apenas o de observadora, tendo a técnica que me acompanhava no estágio considerado ser pertinente dado o estágio ser em Ciências da Educação, e as escolas serem instituições colaborantes das CPCJ.

A actividade baseou-se então na apresentação de um *power point* com diversas informações todas relativas às CPCJ assim como o percurso que o processo de cada criança ou jovem segue desde que é instaurado um Processo de Promoção e Protecção. O público teve a oportunidade de intervir livremente com questões. Considero que toda a informação revelada e todos os discursos a que assisti naquela espécie de discussão de grupo focalizada foram deveras importantes para perceber a opinião dos docentes no que diz respeito ao trabalho das Comissões de Protecção, a sua opinião acerca da forma como estas agem, entre muitos outros aspectos.

A palestra/acção de sensibilização consistia na apresentação das CPCJ, a forma como actuavam perante uma sinalização, as medidas que poderiam aplicar-se a cada criança ou jovem, e sobretudo consistia na solicitação da disponibilidade para apoiar a recolha de informação disponibilizada pela escola/professores/directores de turma sobre uma determinada criança ou jovem. A acção de sensibilização teve como propósito demonstrar também aos docentes presentes, que todos eles são essenciais no processo instaurado à criança ou jovem, sendo fulcral o trabalho em parceria, ou seja, a fundamental necessidade de uma articulação entre estes dois organismos.

Quanto aos pareceres que retiro desta actividade enquanto observadora, o interesse demonstrado pelos docentes presentes na tentativa de perceber como se inicia a instauração de um processo de promoção e protecção a uma criança ou jovem e em seguida os procedimentos que este se encontra sujeito e como este se desenrola.

Outro dos aspectos que despertou a minha atenção foi a postura da maioria dos docentes (escola), pois existia alguma revolta por parte destes na cedência de informação, pelo facto de não existir feedback por parte das CPCJ, após o envio de informação solicitada. Argumentavam que após a CPCJ receber a informação, esta não comunicava qualquer informação sobre o desenrolar do processo. Contudo, foi explicado pela técnica, que representava a CPCJ que essas informações eram informações que careciam de sigilo, e que não podiam ser comunidades de qualquer maneira, podendo sim através de um pedido de informação escolar por parte daquela entidade que a criança ou jovem/jovem.

Considerações Finais

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey (s/d)

O abandono escolar tem desencadeado uma grande preocupação para as sociedades, devido às suas consequências que acarreta para o indivíduo e para a sociedade (Ferreira, 2005). A bibliografia, como se pôde constatar, alerta para esta realidade.

As sociedades contemporâneas são cada vez mais exigentes, porque a competição de mercados e de economia é cada vez maior. Como tal, importa fazer face a esta desenfreada competição, que se vive nos dias que correm. O conhecimento surge como uma das ferramentas, se não a mais importante para o caminho da evolução. Neste sentido, a instrução e a formação são cruciais para que se tenda, continuamente, para o sucesso.

Nesta linha de ideias, para aquisição deste conhecimento e formação, a escola assume um papel primordial. Todavia, no decorrer do trabalho desenvolvido na CPCJ, percepcionei que para aquelas crianças ou/e jovens, a escola não é um lugar potenciador de oportunidades, mas sim um local que nada lhes transmite, encarando-a com desinteresse e desmotivação (essencialmente).

Ora, emerge então a necessidade de mudar mentalidades e percepções sobre a escola. Importa cativá-los no ambiente escolar, envolve-los, percepcionando que a escola é deles e parte deles, alternando o significado e mostrando os ganhos que ela lhes pode dar.

Torna-se fundamental mostrar a este tipo de alunos, alternativas ao ensino tradicional, alternativas essas, não menos importantes, mas que permite instruir, dar o grau de equivalência ao ano a que se inscrevem, e, acima de tudo potenciar e desenvolver características muito próprias e singulares de cada criança ou jovem.

Neste sentido, é cada vez mais exigido a todas as entidades, quer de primeira instância de intervenção quer da segunda, e assim sucessivamente, uma maior atenção, um maior empenho e uma maior paciência. Contudo, as circunstâncias inerentes ao sistema de educação nem sempre são as desejáveis como a falta de recursos humanos. Paralelamente, é ainda importante referir os comportamentos pouco toleráveis que as criança ou jovens em risco manifestam. Tudo isto que foi exposto relaciona-se com as dificuldades e manifestações sentidas, ao longo da acção desenvolvida na CPCJ.

No que concerne à CPCJ, esta possui uma maior taxa de intervenção para a obtenção de sucesso, e para a minimização das consequências decorrentes deste problema.

Apesar deste aumento de acção desta instituição de apoio, esta carece de falta de meios, falta de técnicos para que o trabalho levado a cabo seja o mais eficaz possível. Para que o acompanhamento o destes jovens seja constante, atento e exímio.

Por último, considero que o caminho para motivar os jovens a permanecer na escola, produzindo trabalho altivo e activo é um desafio e, ainda, um caminho longo a percorrer, mas com a aplicação das parecerias necessárias, e persistência chega-se a bom termo, diminuindo assim o paradigma do abandono escolar e /ou absentismo escolar. Como diz um velho provérbio africano, se queres chegar rápido vai sozinho, mas se quiseses chegar longe vai acompanhado.

Realizando uma análise sobre as reflexões que realizei ao longo do estágio, verifico a existência de pontos fortes e pontos fracos.

Relativamente aos pontos fortes, posso referir que existe um bom funcionamento na CPCJ, no que toca aos processos desenvolvidos aquando sinalização, bem como, o plano de intervenção, tendo em conta o sobrecarregamento de processos, apesar dos escassos recursos humanos e financeiros existentes. Para além disso, refiro ainda que os técnicos da instituição são profissionais competentes, levando até onde seja possível o acompanhamento destes processos. Contudo, esta instituição apresenta como fragilidades, a falta de recursos humanos e financeiros, o que nem sempre permite o acompanhamento desejável.

Este caminho envolve parcerias, no sentido lato da palavra, entre diversas entidades. Todavia, existem algumas lacunas entre a CPCJ e a escola, na medida que podiam interagir e cooperar para um bem maior que é a criança ou jovem. Por vezes, falha a comunicação entre elas, o que acarreta com consequência para o processo em causa.

A escola, por sua vez, é manifestada por estas crianças e ou jovens como um local sem interesse e apenas para marcar a assiduidade. Importa, assim, sensibilizar as comunidades (alunos, progenitores, professores, funcionários, não só estes alunos, para a importância da educação num país e no progresso do mesmo. O ensino, ao longo dos anos, tem vindo a sofrer alterações, no sentido de reduzir estas taxas de abandono e/ou absentismo escolar, e elas efectivamente têm vindo a diminuir. Contudo, as estatísticas mostram que Portugal representa um dos países da união Europeia com maior taxa de abandono. Assim, a implementação de medidas de intervenção precoce são fundamentais, para que todas as crianças e/ou jovens tenham iguais oportunidades de instrução e de formação. Conclui-se, assim, que o acompanhamento, o empenho e a dedicação são elementos essenciais para a prevenção e redução desta problemática.

Contudo, existem questões do foro social que nem sempre é fácil dar resposta. Inclui-se aqui a importância de nas escolas existirem especialistas em Ciências de Educação.

As Ciências de Educação representam uma área académica, que conjuga múltiplos saberes, permitindo uma visão atenta e reflexiva do estado social de uma dada comunidade, mais precisamente, na comunidade escolar. Neste sentido, os especialistas em Ciências da Educação encontram-se habilitados em desenvolver as suas funções em qualquer ambiente de educação quer seja formal ou informal, tendo sempre por base a dimensão formativa e educativa.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, N.; ARAÚJO, L.; & LINS L. (1989). Estágio Curricular: Avaliação de Experiência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 27-41. Retirado em Setembro 29, 2016 de <http://www.scielo.br/pdf/reben/v42n1-2-3-4/v42n1-2-3-4a05.pdf>

AZEVEDO, Joaquim (2002) Entre a escola e o mercado de trabalho: um olhar crítico sobre as transições. *Seminário sobre Fracaso escolar y transición a la vida laboral*. Fundación por la Modernización de España. Madrid, Espanha. Retirado em Setembro 17, 2016 de <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4644/1/ENTRE%20A%20ESCOLA%20E%20O%20MERCADO%20DE%20TRABALHO.pdf>

BRITO, Anabela (2012). O quotidiano do director e a concretização do seu projecto. *Tese de Mestrado*. Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal. Retirado em Agosto 18, 2016 de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8170/1/ulfpie043128_tm.pdf

CAETANO, L. (2005). Abandono Escolar: Repercussões sócio-ecómicas na região centro. Algumas reflexões. *FINISTERRA*, pp. 163-176.

CANAVARRO, J. (2007). Para a Compreensão do Abandono Escolar. *Educação Hoje*. Lisboa, Texto Editores.

CASTRO, Cristiana (2010). Abandono Escolar – Factores e Estratégias e Combate. *Tese de Mestrado*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal. Retirado em Agosto 08, 2016 de https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/617/1/MsC_cfvcastro.pdf

CORREIA, MARIA (s/d). A Observação participante enquanto Técnica de investigação. *Revista Pensar Enfermagem*. Retirado em Junho, 08, 2016 de http://pensarenfermagem.esel.pt/pe/index.asp?acao=showartigo&id_revistaartigo=36&id_revista=8

CORREIA, A. R. (2011). Ensino e Aprendizagem no Contexto de um TEIP: a urgência de educar para e pela sociedade. Universidade Aberta de Lisboa. [Dissertação de Mestrado publicada]. Retirado em Setembro 24, 2016 de <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2086>

CORREIA, Sónia (2011). A relação escola/família na educação de crianças com NEE na perspectiva de pais e professores. *Tese de Mestrado, 1-136*. Escola Superior Almeida Garret, Lisboa, Portugal. Retirado em Outubro 02, 2016 de <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1490/Sonia%20Correia.pdf.pdf?sequence=1>

ESGAIO, A. CAIO. E. (2010). Intervenção Local e Gestão de Parcerias. Retirado em Setembro 05, 2016 de <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1838/1/2010-Interven%C3%A7%C3%A3o%20Local%20e%20Gest%C3%A3o%20de%20Parcerias-cap.pdf>

ESTEBAN, Maria (2008). Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação. *Revista Portuguesa de Educação* Nº 21(1), 5-31. Retirado em Outubro 05, 2016 de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v21n1/v21n1a02.pdf>

ESTEVAO, Pedro & ÁLVARES, Maria (2013). A medição e intervenção do abandono escolar precoce: desafios na investigação de um objeto esquivo. *Tese de Doutoramento*. Centro de Investigação e estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal. Retirado em Setembro 18, 2016 de http://cies.iscte-iul.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP157_Estevao_e_Alvares.pdf

FERNANDES, Domingos (2009). *A importância das escolas*. A página da educação, Nº 185, série II. Retirado em Setembro 2, 2016 de http://www.apagina.pt/Download/PAGINA/SM_Doc/Mid_2/Doc_13523/Doc/P%C3%A1gina_13523.pdf

FERREIRA, C. B. (10 de Dezembro de 2006). Orientação Vocacional com Alunos com Elevado Risco de Abandono Escolar. *Psicologia.com.pt*. Retirado em Outubro 03, 2016 de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0057.pdf>

FERREIRA, Luciene, TORRECILHA, Nara, MACHADO, Samara (2012). A técnica de observação em estudos de administração. Encontro da ANPAD. Retirado em Junho 09, 2016 de https://www.researchgate.net/publication/280667177_A_tecnica_de_observacao_em_estudos_de_administracao

FIALHO, I. (2012). Projeto turmas mais, do insucesso escolar à eficácia e melhoria. VI Colóquio Luso- Brasileiro de Currículo – Desafios Contemporâneos no Campo do Currículo. Belo Horizonte. Retirado em Setembro 23, 2016 de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8166>

FORTIN, M.; COTÊ, J.; FILION, F.(2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.

JADUE, G., GALINDO, A., & NAVARRO, L. (2005). Factores protectores y factores de riesgo para el desarrollo de la resiliencia encontrados en una comunidad educativa en riesgo social. *Estudios Pedagógicos*, N°2, pp. 43-55. Retirado em Agosto 25, 2016 de http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052005000200003

LOPES, Joana (2015). PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO: Os materiais manipuláveis no desenvolvimento de competências em Matemática. *Tese de Mestrado*, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado em Setembro 18, 2016 de http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5274/1/RELAT%C3%93RIOFINAL_Joana-Lopes.pdf

LOURENÇO, Ana (2013). Motivações na origem do Abandono Escolar – Estudo de Caso com Jovens Sinalizados na CPCJ de Castelo Branco. *Tese de Mestrado*. Instituto Politécnico de Castelo Branco. Castelo Branco, Portugal. Retirado em Setembro 20, 2016 de <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2246/1/Tese%20Ana%20Raquel%20Louren%C3%A7o.pdf>

MAGALHÃES, Sofia; MAGALHÃES, Maria (s/d). Intervenção Sócio-Educativa no contexto de uma CPCJ. *Revista Currículo e Cultura*, 413-420. Retirado em Outubro 12, 2016 de https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=565301

MONTEIRO, Daniela (2014). Absentismo Escolar: a escola, a família e o futuro. *Tese de Licenciatura*. Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal. Retirado em Setembro 02, 2016 de <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4723/1/Absentismo%20Escolar%20Daniela%20Monteiro.pdf>

NASCIMENTO Gonçalves, Ronald; SILVEIRA Melo, Janaina (2011). Expectativas dos Universitários do Curso de Fisioterapia Frente ao Primeiro Estágio Prático e a Reflexão da Participação Docente na Preparação Para o Estágio Prático. *Ensaio e Ciência Ciências Biológica, Agrárias e da Saúde; Vol. 15, N° 1, 155*. Retirado em Maio 22 de 2016: <http://www.redalyc.org/pdf/260/26019329011.pdf>

NOEL, Clycd; TIMMERMAN, Christiane; MACEDO, Eunice; ROCHA, Cristina & ARAÚJO, Helena -(s/d) Early School Leaving and Beyond. *Revista Educação Sociedade & Culturas*, 7-12. Retirado em Setembro 18, 2016 de <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC45Foreword.pdf>

PAÍGA, Hugo (2012). Comportamento Antissocial e Abandono Escolar: da Relação à Prevenção. Tese de Mestrado, 1-78. Universidade Fernando Pessoa, Portugal, Porto. Retirado em Setembro 25, 2016 de http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3355/3/T_20978.pdf

PEREIRA, Tiago (2012). O conceito do cuidar na perspectiva dos alunos do 2º ano do CLE da UFP – Porto. Projeto de Graduação, 1,50. Universidade Fernando Pessoa, Poertugal, Porto. Retirado em Setembro 25, 2016 de http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3196/3/TG_18337.pdf

REBELO, José (2009). Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 27-52. Retirado em Outubro 04, 2016 de <http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/viewFile/1258/706>

ROAZZI, António, ALMEIDA, Leandro (1988). Insucesso Escolar: Insucesso do Aluno ou Insucesso do Sistema Escolar?. *Revista Portuguesa de Educação*, 53-60. Retirado em Outubro 05, 2016 de [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3326/1/Prof.%2520Leandro%2520RPE%25201\(2\)%25201988.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3326/1/Prof.%2520Leandro%2520RPE%25201(2)%25201988.pdf)

ROBERTIS, Cristina (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Colecção Educação e Trabalho Social. Porto Editora

SANCHES, A. (2015, Março, 30) Faltam estratégias para combater abandono no ensino superior, diz rede europeia. Público <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/falta-estrategia-para-combater-abandono-no-ensino-superior-diz-rede-europeia-1690872>

SILVA, Ana. (2014) Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção. *Tese de Mestrado*. Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Retirado em Outubro 02, 2016 de http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4914/1/DM_AnaRitaSilva.pdf

SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristovão; GUINDANI, Joel (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Nº I, 10. Retirado em Setembro 18, 2016 de <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>

SIMÕES, M.C.; FONSECA, A.; FORMOSINHO, M.D.; DIAS, M.L. & LOPES, M.C (2008). Abandono Escolar Precoces: Dados de uma investigação empírica. *Revista Portuguesa de Pedagogia* Nº 42-1, 135-151. Retirado em Outubro 12, 2016 de <http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1231/679>

Valente, S. (2015). *Gestão da Sala de Aula: Um Estudo com Professores do 1º Ciclo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado em Agosto 06, 2016 de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/18326>

Sites Consultados:

<http://www.cm-vncerveira.pt/pages/123>

<http://www.citador.pt/frases/a-educacao-e-um-processo-social-e-desenvolvimento-john-dewey-1991>

<https://postsdepescada.files.wordpress.com/2011/11/maia2.jpg>

www.cmmaia.pt/index.php/documentos/category/12redesocial%3Fdownload%3D18:diagnosticosocial+rede+escolar+da+Maia&tbo=1&sa=X&ved=0ahUKEwivpeyh8fDNAhUKXR0KHfLsBVYQHwgwMAM&dpr=1&bav=on.2,or.&bvm=bv.126993452,d.d2s&ech=1&psi=f2GV5_gKIL2UsCrpLgC.1468428736477.3&ei=l2-GV-_9BIq6afLZl7AF&emsg=NCSR&noj=1

<http://lrsr1.blogspot.pt/2011/04/karl-marx-historia-e-luta-de-classes.html>

http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_2.pdf

<http://www.dge.mec.pt/teip>

www.cm-maia.pt/index.php/documentos/category/12redesocial%3Fdownload%3D18:diagnosticosocial+rede+escolar+da+Maia&tbo=1&sa=X&ved=0ahUKEwivpeyh8fDNAhUKXR0KHfLsBVYQHwgwMAM&dpr=1&bav=on.2,or.&bvm=bv.126993452,d.d2s&ech=1&psi=f2GV5_gKIL2UsCrpLgC.1468428736477.3&ei=l2-GV-_9BIq6afLZl7AF&emsg=NCSR&noj=1

http://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendação_sobre_Retenção_Escolar.pdf

<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-433>

Legislação Consultada:

Lei nº 147/99, de 01 de Setembro – Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, DR. 204 – I SÉRIE – A de 1-9-1999, pp. 6115

Outros documentos Consultados:

Relatório Anual de Actividades de 2014 da CPCJ da Maia

Relatório Anual de Actividades de 2015 da CPCJ da Maia

Anexos

Anexo 1

Boletim de Sinalização

Data de recepção: / /

Dados relativos ao(s) requerente(s)

Identificação / Designação Entidade Sinalizadora

Morada:

Contacto telefónico: _____

Modalidade de contacto:

☐ Presencial ☐ Telefónico ☐ Escrito ☐ Outro. Qual ? _____

Anonimato : ☐ Sim ☐ Não

Grau de Parentesco com o(s) requerido(s):

☐ Sim Qual _____ ☐ Não ☐ Outro Qual _____

Grau de Parentesco com a(s) criança(s)/ jovem(ns):

☐ Sim Qual _____ ☐ Não ☐ Outro Qual _____

Dados relativos à(s) criança(s)/ jovem(ns)

<i>Nome</i>	<i>D.N/ Idade</i>	<i>Nacionalidad e/ Naturalidade</i>	<i>A cargo de</i>	<i>Morada</i>	<i>Situaçã o escolar</i>
OBS:					

Identificação dos progenitores

<i>Nome</i>	<i>Parentesc o</i>	<i>Morada</i>	<i>Contacto</i>

OBS			

Identificação da pessoa(s) a quem a criança(s)/ jovem(ns) se encontra(m) a cargo

	<i>Identificação da pessoa a quem a criança se encontra a cargo</i>			
Nome Criança	<i>Nome</i>	Morada	Relação Parentesco	Contacto
OBS:				

Existiu intervenção anterior : ☐ Não ☐ Sim **Se sim, de que tipo?**

Motivo do pedido actual:

Tipologia da situação de perigo (cf. “Tipologia Situações Perigo”):

O/A Técnico(a)

Análise Descritiva da Sinalização

Observação comportamental

Descrição da situação de perigo

O/A Técnico(a)

Anexo – 2

Exemplar de uma Convocatória

Exma. Sra.

4470 Maia

C O N V O C A T Ó R I A

A COMISSÃO DE PROTECCÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA MAIA convoca a Exma. **Sra. D.XXXXXXXXXXX**, progenitora da criança XXXXXXXXX, para comparecer nas suas instalações no próximo dia **18/11** pelas **14:30** horas a fim de: **1**

1 - Prestar declarações

Se não for possível a comparência neste dia ou hora, é favor contactarem esta CPCJ através do nº 229490333

Obs.: Deve fazer-se acompanhar da criança.

A colaboração deve ser prestada e tem carácter prioritário, sendo a sua falta susceptível de determinar a remessa do processo, se o houver, aos Serviços do Ministério Público da 3ª Secção de Família e Menores do Porto.

Maia, 10 de novembro de 2015

A PRESIDENTE DA COMISSÃO

Anexo 3 -

Pedido de Informação Clínica

Exmo. Sr.

**Diretor Executivo do ACES
Maia/Valongo**

Dr.

Av. Luís de Camões, nº 290, 3º

Nome da Criança

(Att. Dr.XX– Centro de Saúde de Águas Santas)

No âmbito do processo de promoção e proteção instaurado nesta Comissão a favor da criança referenciada em epígrafe, nascida a 30/01/2003, e nos termos do artigo 13º da Lei de Promoção e Proteção, vimos por este meio solicitar a V. Ex.^a informação circunstanciada subjacente ao acompanhamento clínico da mesma, designadamente:

- Periodicidade das consultas e assiduidade às mesmas;**
- Estado de saúde e cumprimento do plano de vacinação;**
- Registo de encaminhamentos para Serviços de especialidade;**
- Acompanhamento revelado pela família e/ou outros significativos;**
- Parecer sobre o subsistema sociofamiliar que a criança integra e com o qual interage;**
- Outras informações que V/ Ex.^a considere pertinentes.**

Em anexo se remete cópia do Consentimento à intervenção desta CPCJ devidamente subscrita pela representante legal.

Certa da vossa melhor atenção com o desiderato em epígrafe, aproveito a oportunidade para apresentar a V.^ª Ex.^ª os meus melhores cumprimentos.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO